



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MAPA E ANÁLISE SÓCIO ESPACIAL DA EVASÃO ESCOLAR
NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

Aluna: Steli Larissa Lima Ferreira Rios
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvia Cristina Yannoulas.

BRASÍLIA,
Junho, 2015.

Steli Larissa Lima Ferreira Rios

**Mapa e Análise Sócio Espacial da Evasão Escolar
No Distrito Federal e Entorno**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção de título de graduação em Serviço Social, pela Universidade de Brasília – UnB, com orientação da Professora Doutora Silvia Cristina Yannoulas.

**BRASÍLIA,
Junho, 2015**

Steli Larissa Lima Ferreira Rios

**Mapa e Análise Sócio Espacial da Evasão Escolar
No Distrito Federal e Entorno**

Este Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social foi defendido em 26/06/2014 perante a banca examinadora:

Profª Doutora Silvia Cristina Yannoulas – Orientadora

Departamento de Serviço Social – SER

Universidade de Brasília – UnB

Profª Doutora Karen Santana de Almeida Vieira

Departamento de Serviço Social – SER

Universidade de Brasília – UnB

Kelma Jaqueline Soares

Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília

Assistente Social da Terracap

AGRADECIMENTO

Acho que uma das atitudes mais nobres que podemos ter é a de agradecer, “ninguém vence sozinho, nem no campo, nem na vida!”

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, foi Ele quem me trouxe até aqui e me deu a perseverança para chegar ao fim.

Obrigada a meus pais Dada e Dudu, por tudo, do início ao fim desta graduação, comemorando comigo todas as vitórias, obrigada por terem acreditado em mim. Agradeço meus irmãos Ricardo, Leandro e Márcyo, vocês são a melhor parte de mim. Minhas sobrinhas Nathanny e Brendha e meu sobrinho Luiz Felipe, obrigada por serem a melhor companhia. Minhas cunhadas Karla, Gil e Natália, obrigada por torcerem por mim. A minha *TiFrova*, obrigada pelo seu entusiasmo. Gabryella minha prima/amiga/irmã pra todas as horas e Rapha, meu *primão*, obrigada por ser o melhor apoio tecnológico que poderia ter! Família, vocês são minhas “*horcrux*” do bem!

Agradeço aos meus colegas da primeira turma do Serviço Social noturno (1/2010), mesmo que não terminemos juntos foi com vocês que comecei essa aventura. Aos colegas com quem cruzei a cada semestre, compartilhando as dores e os sabores do Serviço Social.

Agradeço aos meus professores. Ensinar é uma dádiva! Obrigada por compartilharem seus conhecimentos comigo. Aqui destaco as professoras Karen Santana e Cristiane Lima, obrigada pela oportunidade de ser monitora de vocês.

Muito, muito, muito obrigada especialmente à professora Silvia, me faltam palavras para agradecer toda sua boa vontade, compromisso e tempo dedicado nas orientações. Obrigada especialmente pelos puxões de orelha quando necessário e acima de tudo pelo carinho que teve comigo.

Aproveito para agradecer novamente a professora Karen Santana e a Kelma Soares, obrigada por aceitarem com tanto carinho compor a minha banca de avaliação. Vocês me ajudam a crescer.

Lídia, Edith e Maria da Ajuda, vocês não me ensinaram somente ser uma assistente social, mas me ensinaram a amar essa profissão mesmo com os desafios que ela nos coloca. Não poderia ter tido melhores exemplos. Obrigada!

Amigos da CCUnB, ainda bem que eu os tive comigo, sem vocês esse tempo na UnB não teria sido o mesmo. Agradeço a Caro Miquel, você merece créditos nessa minha vitória. Lívia, minha irmã de vida, nem sei como me expressar para te agradecer, te amo! Yasmin, que pena a gente se descobriu só no final da nossa graduação, mas antes tarde do que nunca,

estamos juntas agora. Obrigada a todos meus amigos, desculpa não citar todos aqui, não teria página suficiente para escrever meu TCC.

Os meus mais sinceros agradecimentos aqueles que me ajudaram de uma maneira prática: Talita Cintra, mal nos conhecemos, mas você me ajudou a dar o “ponta pé” inicial do meu trabalho. Nanam, minha porta para o INEP, obrigada por aguentar toda a minha ansiedade e cobranças e pelas ajudas nas análises. À tia Francisca por liberar a biblioteca para tantas horas de estudo. À Ga por ter tido a paciência e boa vontade para traduzir o resumo. E Nayara pelas correções e companhia, foi legal compartilhar esse semestre com você.

E por fim, não poderia deixar de agradecer a minha Mima, como você faz falta! Mas sei que aí do céu você está comemorando comigo da mesma maneira que comemorou tudo aqui na terra. “Enquanto houver você aí do outro lado, aqui do outro eu consigo me orientar.”

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Serviço Social: “Mapa e Análise Sócio Espacial da Evasão Escolar No Distrito Federal e Entorno”, teve como objetivo elaborar o mapa da evasão escolar no DF e Entorno e avaliar qual foi a mudança que houve no quadro da evasão escolar no DF e Entorno nos anos de 2001 e 2010, já que o Plano Nacional de Educação traz como meta diminuir o índice do abandono escolar e está previsto para ser colocado em prática neste mesmo intervalo de tempo. Para tanto, foi feito o mapeamento da evasão escolar no DF e Entorno e a análise dos dados encontrados. A estratégia metodológica utilizada para a realização da pesquisa foi primeiramente análise bibliográfica a respeito da segregação sócio espacial, do direito à educação, sobre o público e o privado na educação e sobre o fracasso escolar. Depois foram colhidos dados dos censos de 2000 e 2010 feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a população e as condições sócio econômicas de cada umas das Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal(DF) e cada uma das cidades que compõem o Entorno do DF. Por fim, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) foram colhidos dados dos anos 2001 e 2010 sobre quantidade de abandono escolar, a quantidade de escolas, divididas entre públicas e particulares, e a quantidade de pessoas em idade escolar que estão matriculadas. Os resultados encontrados mostram que o DF e o Entorno se encontram em uma situação positiva, que o número de abandono diminuiu, porém ainda existem um número significativo de casos de abandono escolar. Outro fato que se pôde notar é que mesmo que o Entorno também tenha evoluído, o DF segue à frente no âmbito do direito à Educação, pois o índice de pessoas alfabetizadas é maior do que as do Entorno desde 2000, por exemplo. O mesmo acontece com a taxas de abandono, mesmo nos locais de condições econômicas mais baixas no DF, as taxas de abandono são menores do que as do Entorno. A conclusão final é se no Brasil como um todo as metas não tiveram o êxito esperado, já que muitas ainda se repetem no PNE 2011-2020, no DF e Entorno houve um resultado positivo quanto às metas analisadas, mas que há um trabalho constante a ser feito pelo Estados e sociedade.

Palavras Chaves: Evasão Escolar, Segregação Sócio Espacial, Direitos à Educação, DF e Entorno e Plano Nacional de Educação.

ABSTRACT

This graduation monograph in Social Work: "Map and Space Partner Analysis of Dropouts In the Federal District and surrounding areas", aimed to evaluate what was the change that was under dropouts in the Federal District and surrounding areas in the years 2001 to 2010, once the National Education Plan has as its goal to decrease the dropout rate and is expected to be put in place at this same time frame. Thus, it was done the mapping of dropouts in the Federal District and surrounding areas and the analysis of the data found. The methodology used to conduct this study was primarily a literature review regarding the socio-spatial segregation, the right to education, about public and private education and about school failure, after then, IBGE census data were collected from 2000 to 2010 about the population and the economic conditions of each of the DF's RAs and each of the cities that make up the surrounding areas of DF. From INEP, data were collected about the years 2001 and 2010 on the amount of school leavers, the amount of schools, divided between public and private, and the amount of people those are in the school age that are enrolled. The results found show that the DF and the surrounding areas are in a positive situation, the number of abandoned decreased, but there are still many school leavers. Another fact that one might notice is that even if the surrounding areas has also evolved, DF leads the way in the context of Education, literate people rate is higher than the surrounding areas since 2000, for example. It also happens in the dropout rates, even the places of lower economic conditions in DF, dropout rates are lower than those of surrounding areas. The bottom line is that even in Brazil as a whole, the goals have not had the expected success, as many are repeated in the PNE 2011-2020, in the Federal District and surrounding areas had a positive result as analyzed goals, but that is a constant work to be done.

Key Words: Student Dropouts, Segregation Partner Space, Rights to Education, DF and surrounding areas and the National Education Plan.

EPÍGRAFE

*“– É preciso tentar não sucumbir sob o peso de nossas angústias,
Harry, e continuar a lutar.” (Alvo Dumbledore In
Harry Potter e o Enigma do Príncipe. p.280)*

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1- Contagem de Município e Subdistrito por Salário	478
--	------------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População total residente em cada município por ano DF e Entorno anos de 2000 e 2010.....	42
Tabela 2 - População em idade escolar (zero a dezenove anos) da população e porcentagem equivalente dessa população do DF e Entorno nos anos de 2000 e 2010.....	43
Tabela 3 - Condições Econômicas das famílias do DF e Entorno no ano de 2000	45
Tabela 4 - Condições Econômicas das famílias do DF e Entorno no ano de 2010	48
Tabela 5- Distribuição das escolas da Rede Pública e Rede Particular e a Quantidade de pessoas matriculadas no DF e Entorno no ano 2001.....	54
Tabela 6- Distribuição das escolas da Rede Pública e Rede Particular e a Quantidade de pessoas matriculadas no DF e Entorno no ano 2010.....	55
Tabela 7– Taxa de Reprovação no Ensino Fundamental e Ensino Médio do DF e Entorno em 2001 e 2010.....	58

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Mapa Político das Regiões Administrativas do Distrito Federal em 2000	26
Mapa 2- Mapa Político das cidades do Entorno do DF	28
Mapa 3- Pessoas de 5 anos ou mais de idade alfabetizadas no Entorno do DF em 2000	51
Mapa 4- Pessoas de 5 anos ou mais de idade alfabetizadas no DF em 2000	51
Mapa 5 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade alfabetizadas no Entorno do DF em 2010	52
Mapa 6- Pessoas de 5 anos ou mais de idade alfabetizadas no DF em 2010	53
Mapa 7- Mapa da Evasão Escolar do Ensino Fundamental do DF e Entorno em 2001	60
Mapa 8- Mapa da Evasão Escolar do Ensino Fundamental do DF e Entorno em 2010	61
Mapa 9- Mapa da Evasão Escolar do Ensino Médio do DF e Entorno em 2001	61
Mapa 10- Mapa da Evasão Escolar do Ensino Médio do DF e Entorno em 2010	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEM- Centro de Estudos da Metrópole

CEPs- Comitê de Ética em Pesquisa

CF- Constituição Federal

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

CNS- Conselho Nacional de Saúde

CODEPLAN- Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

DF- Distrito Federal

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

e-SIC- Sistema eletrônico do serviço de informação ao Cidadão

EUA- Estados Unidos da América

GO- Goiás

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB- Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação

MG- Minas Gerais

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego

NOVACAP- Companhia Urbanizadora da Nova Capital

ONG- Organização Não Governamental

PBF- Programa Bolsa Família

PNE- Política Nacional de Educação

RAs- Regiões Administrativas

RIDE- Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

SEDEST- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda

SEPLAN- Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento

SETUR- Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal

SIGA- Sistema de Informações Estatísticas e Geográficas Automatizado

SUDECO- Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TEDis- Trabalho, Educação e Discriminação

UF- Unidade Federativa

UnB- Universidade de Brasília.

Unicef- Fundo das Nações Unidas para Infância

UNIPAR- Universidade Paranaense

SUMÁRIO	
INTRODUÇÃO.....	15
Justificativa	16
Objetivo Geral.....	18
Objetivos Específicos	18
Estrutura do TCC	19
1-METODOLOGIA.....	22
1.1Contextualização do Distrito Federal e Entorno.	24
2-REFERENCIAL TEÓRICO	29
2.1. Segregação Sócio-Espacial:	29
2.2. - Direito à Educação:	31
2.3 Público-Privado na Educação	34
2.4. Fracasso Escolar:	38
3-APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DOS DADOS	42
3.1.Densidade Demográfica do DF e Entorno nos anos 2000 e 2010	42
3.2. Condições socioeconômicas do DF e Entorno nos anos 2000 e 2010.....	45
3.3. Taxa de alfabetização nos anos 2000 e 2010 no DF e Entorno	50
3.4. Distribuições das escolas Públicas e Particulares no DF e Entorno	53
3.5.Taxa de reprovações no Ensino Fundamental e Ensino Médio	58
3.6. Mapa da Evasão Escolar no DF e Entorno	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
APÊNDICE.....	71

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC propôs a elaboração de um mapa da evasão escolar no Distrito Federal – DF e Entorno com base na comparação dos censos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2001 e 2010 e da análise que feita a partir das metas apresentadas no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010.

A intenção foi conhecer a magnitude, o volume e a concentração/distribuição geográfica da problemática da evasão escolar na educação básica e avaliar qual foi a mudança referente à evasão que houve do ano 2001 para o ano 2010, em qual localidade que as pessoas que evadiram estudavam e quais das metas do PNE foram alcançadas. Também foi feita uma comparação quanto à concentração de escolas de rede particular/privada¹ ou pública em cada localidade e mostrou-se também a diferença quanto à evasão.

Foi possível compreender o que é segregação sócio-espacial e ver que o DF, como outras Unidades Federativas (UF) da República Federativa do Brasil, não foge dessa realidade. Brasília, capital do DF, foi uma cidade planejada e, desde o início, dividida em vários setores como escolar, residencial, comercial, bancário entre outros, o que já, naturalmente, contribuiu para a segregação espacial. O fato é que, desde a construção da nova capital, a população de classe baixa foi sendo colocada à margem da cidade, criando várias Regiões Administrativas (RAs) onde crescem o número de pobreza e miséria, gerando também uma segregação espacial. Enquanto em cidades como o Rio de Janeiro ou São Paulo os cenários ricos e pobres se misturam, no DF a pobreza tende a ficar escondida na maioria dessas RAs e Entorno.

Além da possibilidade de mapear a evasão escolar no DF e Entorno, segundo a banca examinadora, o presente trabalho de TCC obteve resultados a mais do esperado, já que aqui se encontra também o mapa da taxa de alfabetização e as tabelas com os dados da taxa de reprovação.

O PNE foi aprovado pela Lei nº 10.172 de 10/01/2001. Nesse plano foram traçadas algumas metas para serem cumpridas durante essa década. A construção do mapa permitiu ver quais dessas metas foram cumpridas e quais não foram.

O direito a educação é um direito social, “A educação básica é declarada, em nosso ordenamento jurídico maior, como direito do cidadão – dever do Estado” Cury (2008, p. 295).

¹ No decorrer do trabalho será utilizada a nomenclatura particular ao se referir a rede privada de educação. A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal usa desta mesma forma.

Porém, no Brasil, o que tem acontecido são leis ficando mais no papel do que na prática e, assim, com tantos outros direitos a educação passou a ser luxo de uns e não direitos de todos. Faltam escolas, falta qualificação dos profissionais, falta motivação e sobra evasão. Por isso a importância desse trabalho está em remeter a visualização da evolução que o direito à educação teve nessa década a partir do PNE.

As perguntas que orientaram este trabalho foram:

1. Qual é o mapa da evasão escolar no DF e Entorno?
2. Como se manifesta a segregação sócio-espacial quanto à escolaridade, o direito a educação, as políticas educacionais e seu fracasso e a evasão escolar?
3. Qual é a diferença entre a rede particular ou privada e pública de educação quanto a concentração de escolas nas localidades estudadas?
4. Qual a diferença da evasão na rede pública e privada?

Justificativa

Faz muito tempo que o tema da educação me chama atenção, frequentemente era um assunto que despertava alguma uma inquietude. O primeiro questionamento a respeito desta temática foi: o que tem na escola particular que não tem na pública?

Com o passar do tempo o tema ainda era de grande interesse. Durante o período de estágio obrigatório, exigido para conclusão do curso de Serviço Social na Universidade de Brasília (UnB), o tema da educação veio ainda com mais intensidade, principalmente a questão da evasão escolar. O estágio foi realizado na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST) na unidade de proteção básica Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no Varjão. Nesse local, foi possível conhecer uma realidade onde a maior parte dos usuários da assistência social tem um nível de escolaridade muito baixo, já que muitos evadiram da escola ainda quando crianças e adolescentes. Para a conclusão do estágio é necessário fazer um plano de intervenção e mesmo estagiando na assistência, o tema do projeto foi educação, com o objetivo de mostrar a importância da educação para o empoderamento e emancipação do cidadão.

Foi com a intenção de aprofundar os estudos a respeito da educação e para ajudar a sanar essas inquietações, que comecei a fazer parte do grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação- TEDis² do departamento de Serviço Social da UnB.

² O grupo TEDis, foi criado em 2007, e faz parte do Programa de Pós Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB. Tem o intuito de promover estudos no campo do trabalho a partir de

Além das motivações pessoais apresentadas acima, a ausência da educação é uma das expressões da questão social e repercute no campo dos direitos, onde o assistente social deverá atuar. Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS- 2011, p. 9)

O Serviço Social como profissão, em sete décadas de existência no Brasil e no mundo, ampliou e vem ampliando o seu raio ocupacional para todos os espaços e recantos onde a questão social explode com repercussões no campo dos direitos, no universo da família, do trabalho e do “não trabalho”, da saúde, da educação, dos/as idosos/as, da criança e dos/as adolescentes, de grupos étnicos que enfrentam a investida avassaladora do preconceito, da expropriação da terra, das questões ambientais resultantes da socialização do ônus do setor produtivo, da discriminação de gênero, raça, etnia, entre outras formas de violação dos direitos. Tais situações demandam ao Serviço Social projetos e ações sistemáticas de pesquisa e de intervenção de conteúdos mais diversos, que vão além de medidas ou projetos de Assistência Social.

Por isso, é de extrema importância e necessidade que o/a assistente social estude temas no campo da educação, já que o mesmo é um direito que devemos auxiliar para que o cidadão possa se apropriar. Além do que, a diferença econômica tão exorbitante que existe no nosso país faz com que a escolaridade tenha uma grande diferença entre a população que ocupa a ponta da pirâmide econômica, para quem ocupa a base.

Para que completar o entendimento da relevância deste trabalho para o serviço social, é necessário compreender o que é a questão social e de acordo com Carvalho e Iamamoto (1983, p.77)

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no/ cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Para que uma realidade negativa possa ser mudada é necessário conhecê-la e entendê-la para, então, propor novas políticas sociais e contribuir positivamente com a sociedade.

Há dois trabalhos que também foram executados no departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) que se assemelham e auxiliaram inspiraram na elaboração deste. São eles:

- CINTRA, Talita Teobaldo, *A implantação da Política de assistência social no Distrito Federal: Mapeamento e análise da rede de proteção social especial de alta complexidade na dinâmica Socioespacial*, TCC de Curso de Serviço Social defendido

no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília em 2007, sob orientação do professor Perci Coelho.

- DUARTE, Natalia S. *Política Social: um estudo sobre Educação e Pobreza*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Política Social Universidade de Brasília, sob orientação da professora doutora Silvia Yannoulas, em 2012.

No primeiro trabalho citado, foi feito um mapa a respeito da segregação sócio-espacial no Distrito Federal, porém os objetivos são diferentes. O objetivo do trabalho desenvolvido por Cintra (2007) era mapear a rede de proteção social especial de alta complexidade da Política de Assistência Social no DF segundo a categoria de segregação sócio-espacial, enquanto o do presente trabalho será o de mapear a evasão escolar e as particularidades educacionais no DF e Entorno segundo a categoria de segregação espacial. Do trabalho de Cintra (2007) usaremos os modelos dos mapas usados.

No trabalho de Duarte (2011), a autora buscou identificar, registrar e analisar como se manifesta a relação entre educação formal e a população em situação de pobreza. Essa análise partiu de pesquisas quantitativas que consiste em saber qual era o impacto da população em situação de pobreza no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para o presente trabalho, a tese de Duarte auxiliou na análise de como se manifesta a relação entre educação formal e a população em situação de pobreza na dinâmica sócio-espacial que envolve DF e Entorno.

Objetivo Geral

O objetivo geral do trabalho foi conhecer as particularidades da evasão escolar na Educação Básica do DF e Entorno, avaliar qual foi a mudança que houve do ano 2001 para o ano 2010 e analisar a evasão segundo a categoria de segregação sócio espacial.

Objetivos Específicos

Para realizar o objetivo geral foram definidos dois objetivos específicos:

- 1) Analisar as metas referentes à evasão escolar do PNE.
- 2) Mapear a evasão escolar no DF.

O primeiro objetivo permitiu conhecer qual é o plano que orienta a educação brasileira, quais são as metas e estratégias desse plano e como essas metas auxiliam na

diminuição da evasão escolar. O segundo objetivo permitiu ver se as metas foram alcançadas ou não.

Foram levantadas três hipóteses:

- 1) Supôs-se que haveria uma diferença quanto à evasão escolar presente entre as escolas do Entorno, as das Regiões Administrativas e do Plano Piloto, pelo fato de que na periferia as escolas não são tão estruturadas quanto às do Plano, já que essas atendem crianças de famílias mais elitizadas;
- 2) Que no plano piloto a diferença econômica entre os alunos das escolas públicas é maior do que nas demais, já que nessa escola estudam os filhos de patrões e dos empregados também, pois a matrícula pode ser realizada com base no local de residência ou com base no local de trabalho da mãe ou do pai;
- 3) Nas zonas periféricas, o número de jovens evadidos da escola será ainda mais intenso pela condição econômica.

Estrutura do TCC

O presente trabalho foi estruturado em três capítulos. Primeiramente, trata-se da Introdução, onde o tema do TCC é brevemente apresentado juntamente com a justificativa, objetivo geral, objetivos específicos do trabalho e as hipóteses levantadas durante a elaboração do projeto do TCC.

O primeiro capítulo é a respeito do desenvolvimento metodológico. Explica quais foram os passos e etapas concluídos para a realização deste trabalho, desde o levantamento bibliográfico até a obtenção e análise dos dados. Apresenta quais resultados eram esperados durante a realização do TCC e apresenta também uma breve contextualização do DF e Entorno, espaço escolhido para a realização do trabalho.

No segundo capítulo encontra-se o referencial teórico empregado para a elaboração e compreensão do TCC. Os conceitos utilizados foram os de segregação sócio-espacial, direito à educação, o público e privado na educação e fracasso escolar.

O terceiro capítulo apresenta quais são as metas do PNE quanto a educação básica e faz uma análise de quais dessas metas foram alcançadas no DF e Entorno no período de 2001 e 2010 por meio de dados levantados pelo censo do INEP.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, ou seja, quais são as principais conclusões e síntese sobre as principais constatações do trabalho quanto à evasão escolar e as novas possibilidades de pesquisas encontradas a partir desta.

Resultados Esperados

Ao formular o projeto do TCC, esperava-se encontrar os seguintes resultados quando o mapeamento e análise da evasão escolar no DF e Entorno estivessem concluídos: que fosse possível ver qual é a realidade da evasão, e qual relação existe com a pobreza, ver claramente as diferenças que existem em cada localidade. Esses resultados permitiriam ver onde é que há necessidade de um maior investimento e trabalhar mais na qualidade da educação.

Conclui-se que em âmbito nacional o PNE 2001-2010 não conseguiu alcançar muitas de suas metas, já que a muitas se repetem no PNE 2011-2020, porém com esse TCC foi possível ver qual a situação específica no DF, quais metas foram alcançadas e quais não obtiveram sucesso, e saber se houve alguma evolução diferenciada com o restante do país.

Imaginava-se que haveria uma demanda maior que a oferta nas localidades com a população mais pobre. Spozatti (2000) diz que na realidade há excesso de vagas em escolas públicas de bairros nobres e falta de oferta nas áreas mais pobres. O que permitiu pensar em outro resultado: que nas áreas mais nobres as escolas particulares terão um número de alunos maior do que as escolas públicas e o número de evasões são menores. Isso porque, como pôde confirmar Duarte (2013), as escolas não consideram a população para a elaboração do projeto pedagógico. Spozatti (2000) classifica o fracasso escolar como premeditado e estima que entre 40% e 60% é resultado da omissão das ações das autoridades e políticas públicas. A mesma afirma que políticas de educação somente, não são suficientes, já que o aluno necessita também de transporte escolar, alimentação, material didático, uniforme entre outros elementos que tornam possível a permanência do aluno na escola.

Soares (2013) mostra que essa realidade de demanda e oferta também acontece no DF, por exemplo, em Samambaia, uma Região Administrativa, tinha uma demanda de 10336 alunos para trinta e cinco escolas, enquanto no Plano Piloto a oferta era de sessenta e seis escolas e a demanda de 2825 alunos.

O que difere os resultados esperados deste TCC dos resultados apresentados anteriormente é que no trabalho de Spozatti (2000) o mapa elaborado foi sobre a relação da exclusão social e a educação na cidade de São Paulo, enquanto o elaborado aqui foi mapa da

evasão escolar do DF e Entorno. Quanto à diferença do resultado trazido por Soares (2013), é que o ano analisado por ela foi 2008 e o do presente foram os anos 2001 e 2010.

Esses resultados permitirão uma melhor organização da distribuição de vagas, e um planejamento mais eficaz para a locação de escolas. E mostra a necessidade de uma atualização no plano pedagógico porque não tem como generalizar a educação quando há uma diferença social muito grande.

Os resultados encontrados, sejam eles positivos ou negativos, servirão como um ponto de partida para um trabalho pós-graduação e, futuramente, no melhoramento e na elaboração de novas políticas públicas, pois será possível visualizar qual é e como se dá a deficiência na educação no DF e Entorno.

1-METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada de maneira quanti-qualitativa. GUNTHER (2006, p. 203) entende que “uma distinção mais acentuada entre a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa diz respeito à interação dinâmica entre o pesquisador e o objeto de estudo.” A pesquisa quantitativa será subsídio para confirmar a qualitativa. A parte qualitativa foi desenvolvida a partir de uma pesquisa bibliográfica, seu objetivo foi o de expor o referencial teórico, que permitiu compreender de que se trata a evasão escolar. A pesquisa quantitativa foi referente aos dados estatísticos da evasão escolar, que mostrou a situação do DF e Entorno, permitiu o desenho do mapa e a análise dos dados qualitativos.

Para alcançar objetivos gerais e específicos foi feita pesquisa documental, análise bibliográfica e análise de dados. Para a realização de qualquer pesquisa é necessário que seja feita uma pesquisa bibliográfica, pois é o passo essencial para entender o objeto.

Foi traçado um caminho dividido por etapas para execução do trabalho que foi desde a decisão do objeto até os resultados finais. A primeira etapa constituiu da escolha do objeto. O objeto escolhido é um fato real, incluído dentro de uma sociedade, com uma historicidade e sendo assim existem diferentes modos de ser entendido, portanto o estudo mais aprofundado desse objeto. (Lima, Miotto. 2007).

A segunda possibilitou que a bibliografia fosse coletada da seguinte maneira:

- Primeiro foram separados os documentos, as leis, decretos, convenções, artigos da CF 88 que envolva a educação.
- Segundo foi feita a busca de referências bibliográficas. Os textos para essa referência foram buscados por meio do assunto manifestado pelas palavras chaves: evasão escolar, segregação espacial, direito à educação, relação entre pobreza e educação, educação no DF.
- O terceiro passo consistiu em uma leitura exploratória e seletiva, ou seja, leituras mais rápidas dos resumos, introduções e conclusões.

A terceira etapa consistiu na análise do levantamento bibliográfico. Nesta etapa foi feita a leitura crítica do material selecionado na segunda etapa com o objetivo de compreender as informações de cada bibliografia e por fim relacionar as ideias contidas em cada uma. (Lima, Miotto. 2007). Para então finalizar o referencial teórico.

Por fim, na quarta etapa foi feito o levantamento dos dados.

Ao IBGE o pedido foi feito através do Sistema Eletrônico Do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), a solicitação foi feita no dia 31/03/2015 e o pedido foi das Condições

Sócio Econômicas de cada área do DF e Entorno dos anos de 2001 e 2010. A resposta chegou no dia 16/04/2015, com dados dos censos de 2000 e 2010, já que o censo é realizado de 10 em 10 anos. Segundo a equipe que atende aos pedidos do e-SIC o tema solicitado foi muito abrangente, e por isso, encaminharam as informações disponibilizadas dos subdistritos de Brasília e dos municípios que compõem a RIDE do Distrito Federal. E como houveram transformações demográficas no DF em relação ao censo de 2000 e 2010, não constam todos as RAs mencionadas no pedido³.

Ao INEP o caminho usado foi o mesmo, o pedido foi feito através do e-SIC no mesmo dia que ao IBGE, 31/03/2015, o pedido solicitava as informações dos anos de 2001 e 2010 referente ao número de escolas públicas e particulares no DF e Entorno, a quantidade de estudantes em cada uma delas, e qual era o número de evasão na passagem do Ensino Fundamental 1 (etapa Inicial) para o Fundamental 2 (etapa Final) e do Fundamental 2 para o Ensino Médio e quantos alunos estudam no DF e moram no Entorno.

A resposta chegou mais cedo, no dia 02/04/2015 e o pedido não poderia ser respondido porque segundo a equipe de atendimento os dados estatísticos do Distrito Federal não eram divididos pelas RAs e eram contabilizados todos como Brasília e por isso não conseguiriam atender a solicitação feitas, sugeriam que eu buscasse esses dados na Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). Quanto à taxa de rendimento (o número de evasões), não eram separadas no ensino fundamental em anos iniciais e anos finais.

O meio de acesso as informações da CODEPLAN se dá pelo Sistema de Informações Estatísticas e Geográficas Automatizado (SIGA) e, diferente do e-SIC, as informações já são fornecidas na mesma hora. O motivo de não ser possível usar esses dados é porque são referentes aos anos de 2011 e 2010, ou seja, não abrangem o tempo da pesquisa e ao contrário dos dados do IBGE que são referentes aos anos de 2000 e 2010. Mesmo que 2000 não esteja dentro do período selecionado, foi possível fazer uma comparação e o mesmo não foi possível de fazer com os dados da CODEPLAN.

Com a ausência dos dados, foi feito contato com um amigo que trabalha no INEP, que informou que seria possível providenciar essas informações e como eram informações públicas ele poderia fornecer sem necessidade de fazer um novo pedido pelo e-SIC.

³ As RAs mencionadas no pedido estão citadas no próximo tópico do trabalho: *1.1) Contextualização do Distrito Federal e Entorno*. São as RAs citadas Segundo a Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN).

Por fim, tendo os dados necessários, pode-se fazer a interpretação de cada um deles e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pôde ser escrito.

No TCC, como em qualquer outro trabalho de pesquisa, existe a necessidade dos cuidados éticos. Primeiramente vale ressaltar que o código de ética do assistente social tem como princípios a liberdade como valor central, a defesa dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, aprofundamento da democracia, equidade e justiça, eliminação do preconceito, garantia do pluralismo (CFESS, 1993). Por isso, ainda que a pesquisa não trabalhe diretamente com as pessoas que evadiram a escola, não será feito um juízo de valor em relação a elas.

As pesquisas que envolvem seres humanos devem estar dentro dos procedimentos éticos estabelecidos na Resolução 466 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). A pesquisa deve antes passar pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs). O capítulo XIII da referida Resolução contempla as pesquisas que não serão feitas diretamente com os indivíduos. Mais especificamente o tópico XIII.3 “As especificidades éticas das pesquisas nas ciências sociais e humanas e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas serão contempladas em resolução complementar, dadas suas particularidades”, logo os cuidados éticos serão postos na presente pesquisa. Ou seja, como a presente pesquisa não utilizou de métodos que trabalhe diretamente com os indivíduos, não houve a necessidade de passar pelo CEPs, porém a metodologia utilizada foi a sugerida por Lima e Miotto (2007).

1.1 Contextualização do Distrito Federal e Entorno.

A história do DF começou no século XIX quando Dom Bosco teve o famoso sonho com a cidade de Brasília, no sonho ele viu uma depressão larga e comprida, partindo de um ponto onde se formava um grande lago, entre os paralelos 15° e 20°. Desde antes da proclamação da república já era comentado a possibilidade de mudarem a capital do país para o interior, porém foi só em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek que essa mudança começa a ser efetivada. “O surgimento deste centro de nível metropolitano no Planalto Central, apesar de sua origem recente, comparando-se outras metrópoles, tem antecedentes distantes.” (Costa, Lopes, 2005, p. 8031).

No dia 18 de abril deste mesmo ano foi enviada uma mensagem ao Conselho Nacional com um projeto de Lei para a mudança da capital. Após essa mensagem de que o território do DF foi delimitado, o nome da nova cidade foi escolhido: Brasília. E a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) foi criada. Em 21 de abril de 1960, a Capital

Federal do Brasil passou do Rio de Janeiro para Brasília. (Secretaria de Estado e da Cultura do DF, 2014).

Para a construção de Brasília, vieram inúmeras pessoas de diversas partes do Brasil, com a intenção de alcançar melhor qualidade de vida. Os pioneiros, como eram conhecidos os construtores, demograficamente não representavam mais que mil habitantes em 1956. Próximo da inauguração de Brasília, já representavam significativos 100 mil habitantes.

1959 - Segundo o IBGE, em censo realizado neste ano, cerca de 60 mil operários trabalhavam febrilmente na construção da cidade. No início, eram apenas mil. Dois anos antes algo em torno de 13 mil. Na chamada Cidade Livre, o núcleo pioneiro, todas as atividades são isentas de impostos. Faltando pouco mais de um ano para a inauguração, contava-se em Brasília e arredores mais de 100 mil habitantes. (Secretaria de Estado e da Cultura do Distrito Federal, 2014.).

Como já mencionado, Brasília foi um atrativo para pessoas de diversas partes do país. Fatores como a implantação de recursos de infraestrutura, transporte, comunicações, energia e armazenagem contribuíram, de maneira indireta, para a ocupação do território do DF.

A nova capital e centro político administrativo do país atuou diretamente como um foco de atração de migrantes, tornando-se um grande centro de concentração de população e de recursos. De forma indireta, ela acelerou a ocupação do território graças à implantação de infra-estruturas econômicas, como de transportes e comunicações, de energia e armazenagem. (Costa, Lopes, 2005, p.8032).

A área destinada para a capital do país é um retângulo de 5814 km² (Costa, Lopes, 2005), e com a intenção de preservar a área central, foram distribuídos terrenos a população de classe baixa ao redor desse núcleo, em resposta a pressão exercida pelos pioneiros, migrantes e alguns funcionários públicos (Oliveira, 2014).

No decorrer do seu processo de construção e consolidação como sede de metrópole, tornam-se visíveis as contradições inerentes à organização social brasileira, passando de cidade que pretendia ser socializante na distribuição de pessoas e atividades a uma estrutura intra-urbana fortemente marcada pelo processo de segregação socioespacial da população. A propriedade pública da terra urbana, em vez de se constituir em instrumento distributivo, passa a funcionar como ferramenta de ocupação seletiva, instituindo a segregação planejada e transformando Brasília na capital do controle e da segregação social (Caiado, 2005, p.56)

Segundo a Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), hoje essa UF está dividida em 31 Regiões Administrativas: Brasília, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto Das Emas, Lago Sul, Riacho Fundo, Lago Norte, Candangolândia, Águas Claras, Riacho Fundo II, Sudoeste/Octogonal, Varjão,

Parkway, Sobradinho II, Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, Jardim Botânico, Itapoã, SIA, Vicente Pires, Fercal.

Como o trabalho fez uma comparação entre os anos de 2001 e 2010, período em que as metas do PNE tinham para serem executadas, faz-se uma ressalva para como era dividido o DF no ano de 2000⁴, já que desse ano para o ano de 2015 houveram muitas transformações. Em 2000 o DF contava com 19 RAs, são elas: Brasília (Asa Norte e Asa Sul), Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá, Riacho Fundo, Núcleo Bandeirantes, Ceilândia, Guarã, Cruzeiro, Samambaia, Candangolândia, Recanto das Emas, Lago Norte, Lago Sula, Santa Maria, São Sebastião (Censo IBGE, 2000), conforme o mapa 01 abaixo:

Mapa 1- Mapa Político das Regiões Administrativas do Distrito Federal em 2000



Fonte: Secretaria de Estado de Turismo no DF (SETUR)

Desde então, é possível ver a segregação socioeconômica se estabelecendo no DF. A população pioneira já foi sendo posta a margem da nova cidade. Mesmo vivendo em determinada RA, as pessoas trabalham em Brasília, seja no setor público ou no setor terciário⁵.

Ao mesmo tempo do surgimento da grande cidade, formaram-se os núcleos dormitórios periféricos a ela, denominados de Cidades Satélites. Iniciando-se

⁴ A referência é de 2000, pois foi feita em base ao censo levantado pelo IBGE, que faz essa pesquisa a cada dez anos. Porém, mesmo que o espaço temporal do trabalho sejam os anos 2001 e 2010, não faz muita diferença já que um espaço não muda drasticamente em um ano, no caso de 2000 para 2001.

⁵ O Setor primário é o responsável pela agricultura, o secundário pela indústria e o terciário é o setor de serviços, seria um complemento aos demais (MELO, at all, 1998). Ou seja, Terciário é o responsável pelo comércio e alojamento e alimentação, comunicações, atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas (IBGE, 2004).

desta maneira, de acordo com Gonzales (1985), um processo de seletividade e de segregação. (Costa, Lopes, 2005, p. 8033).

As terras hoje pertencentes ao DF pertenciam antes ao Estado do Goiás e eram pouco visadas, tendo como economias dominantes à pecuária e a mineração. Com a construção da nova capital, essa região abrigou muitos dos operários. Por isso outro caso a ser analisado é o do Entorno, a segregação que acontece nesse local não é muito diferente da que acontece em muitas RAs.

Como afirmou LOPES (1990), hoje Brasília não pode ser considerada apenas como o Plano Piloto de Lúcio Costa, da década de 50. Nem a cidade com seus núcleos periféricos dispersos da década de 60. Hoje, ela envolve além desses espaços os municípios vizinhos do entorno do Distrito Federal. (Costa, Lopes, 2005, 8033).

São chamadas de Entorno as cidades do Goiás (GO) e de Minas Gerais (MG) que estão próximas ao DF e acabam de alguma maneira, fazendo parte de sua economia, já que por vezes é no DF que encontram trabalho, acesso à saúde e à educação. As pessoas que buscam algumas RAs ou Entorno para morar, fazem essa busca por conta da moradia barata, mas essas moradias são de baixo custo devido à infraestrutura de baixa qualidade.

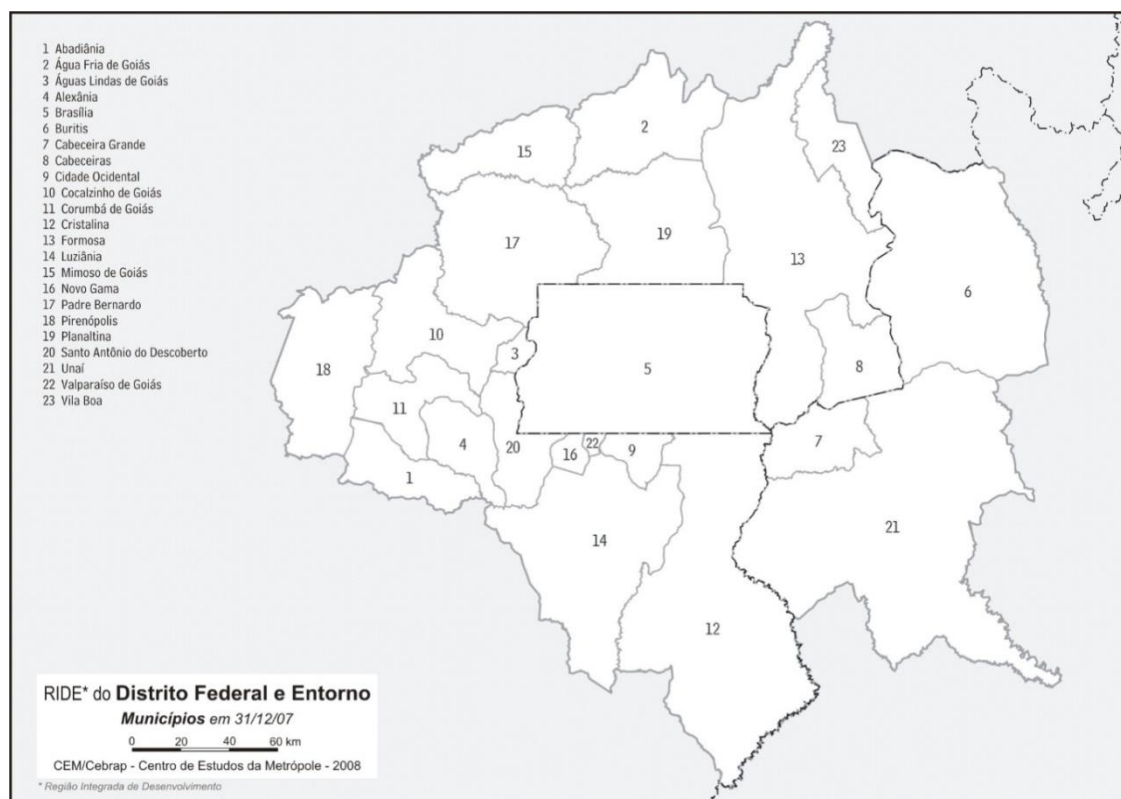
Entre os problemas constantes na região do Entorno confere-se a ausência de infraestrutura urbana, a pobreza, o desemprego, a violência e o abandono, o que gera uma forte dependência econômica dos municípios em relação ao DF, principalmente nas áreas de trabalho, serviços de saúde e educação. (Oliveira, 2014, p. 81).

As cidades que englobam o Entorno segundo a Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE) são:

- Goiás: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa,
- Minas Gerais: Buritis, Cabeceira Grande e Unaí.

Conforme o mapa 02 abaixo:

Mapa 2- Mapa Político das cidades do Entorno do DF



Fonte: Centro de Estudos da Metrópole, 2007.

Costa e Lopes (2005) ao analisar o processo de segregação em Brasília tomaram como base o censo demográfico de 2000 e fizeram um trabalho de campo nas áreas de baixa renda e assim caracterizaram e diferenciaram as áreas de maiores necessidades, locais de carência de infraestrutura urbana, aglomeração domiciliar, essas características permitiram que identificassem locais de maior vulnerabilidade⁶ social.

É por conta dessa segregação e desigualdade econômica que foi criada a superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), que visa diminuir as desigualdades sociais contidas na região e promover seu desenvolvimento, por isso trabalha diretamente na RIDE.

⁶ Segundo Petrini (2003), a pessoa se encontra em situação de vulnerabilidade quando tem dificuldade para cumprir sua tarefa de socialização, amparo e serviços.

2-REFERENCIAL TEÓRICO

A questão central desse estudo, foi sobre como a segregação sócio-espacial influencia no fracasso escolar e como a efetivação do direito a educação fica comprometida. Diante essa situação, Buscou-se entender o que significa cada uma dessas situações e suas particularidades. Assim, estruturamos nosso referencial a partir da revisão bibliográfica em torno das categorias de Segregação Sócio-Espacial, Direito a Educação, O Público e o Privado na Educação e o Fracasso Escolar.

2.1. Segregação Sócio-Espacial:

É possível imaginar o que esse termo significa a partir do seu próprio nome: Segregação Espacial. Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Silveira Bueno segregar significa afastar(-se), apartar(-se), isolar(-se), separar (-se), ou seja, temos então a separação de uma sociedade em determinados espaços.

De acordo com Marcuse (2004) existe um padrão geral de segregação das classes sociais, que se dá de três maneiras. A primeira seria de acordo com a Divisão Cultural, acontece em função de idioma, religião, etnias e nacionalidade. A segunda maneira é a Divisão Funcional que resulta da economia, da divisão entre bairros comerciais e residências, áreas rurais e industriais, neste caso a divisão é pela atividade desenvolvida em determinado local. E a terceira e última maneira é a Divisão por diferença hierárquica, neste caso a divisão se dá através das relações de poder da cidade. Marcuse (2004) ainda define segregação como um processo em que um grupo da população é obrigado a se aglomerar em uma determinada área, formando e mantendo assim os guetos⁷. Negri (2008) afirma que desde a Revolução Industrial a maioria dos tipos de segregação no espaço urbano ocidental são por classe ou por etnia.

Segundo um estudo feito por Corrêa (1999), o primeiro modelo de segregação foi formulado por J. G. Kohl em 1841, geógrafo alemão. Neste modelo, a cidade se dividia em anéis, sendo que a classe alta habitava o centro enquanto que na periferia viviam os pobres. Já em 1920 E. W. Burgess cria um modelo contrário ao de Kohl, deixando as camadas mais ricas nas periferias e os mais pobres ficam no centro. Isso porque os ricos buscavam mais segurança e os pobres buscavam estar mais próximos de seus trabalhos.

⁷Bairro de grupos marginalizados pela sociedade. BUENO, Silveira. Dicionário da língua portuguesa. S. Paulo: FTD, 2000.

A partir dos estudos feitos pela Escola de Ecologia Humana de Chicago, nos Estados Unidos, feitos através das análises urbanas em modelos metodológicos fornecidos pelo Darwinismo Social⁸, identificam-se dois modelos de segregação:

- Voluntária: se dá quando o indivíduo iria habitar um determinado local da cidade por vontade própria
- Involuntária: acontece quando por forças externas a mudar-se de determinado lugar.

A partir dessa informação, Villaça (2007), compreende que no Brasil a segregação vivenciada é a involuntária, que há um vitorioso e um derrotado.

Robert Erza Park, um dos destaques da Escola de Ecologia Humana se propôs a estudar o comportamento social e a distribuição espacial criadas pelas populações. Vasconcelos (2004) entendeu que Park considerou que o processo de segregação se daria a princípio pela língua e cultura e depois pela raça.

Negri (2008, p. 133 e 134) entende que quando Qadeer (2004), ao estudar a cidade de Toronto, no Canadá, conclui

Que a localização de um determinado grupo étnico em um determinado local é resultado cumulativo de escolhas familiares ou de proximidade cultural, limitada pelos fatores de renda e classe social. E ainda, que esses agrupamentos étnicos não são planejados, mas surgem de acordo com a possibilidade de pagamento pela moradia em determinada área da cidade. Esses enclaves se baseiam mais em vínculos sociais e culturais do que em raça, mas um risco é proeminente: o da falta de aculturação no país, se a segregação étnica for combinada com a segregação por renda e pobreza - nesse caso, a classe social se sobrepõe à étnica.

Negri (2008 p.134) em seu artigo, cita a definição feita por Mckenzie a respeito da segregação espacial “concentração de tipos de população dentro de uma comunidade”. Para Negri (2008), não se pode naturalizar essa segregação, já que é possível afirmar que essas relações se dão muito mais em função de fatores econômicos.

A segregação não é simplesmente e somente um fator de divisão de classes no espaço urbano, mas também um instrumento de controle desse espaço. Morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, renda, cultural. Isto quer dizer que um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente (Negri 2008, p. 135 e 136).

No caso do Brasil e da América Latina, Negri (2008) cita o estudo feito por Yujnovsky, este define que o processo ocorreu nas seguintes etapas:

⁸ Darwinismo Social teoria da evolução das espécies segundo Charlie Darwin. (Bachelard, Dominique, 1973).

- 1- Séc. XVI a 1850 no período Colonial, quando o centro eram as moradias de classe alta. Ou seja, assim como no modelo proposto por Kohl.
- 2- Em torno de 1850 a 1930, período em que já uma maior mobilidade trazida pelos trens e locomotivas. Isso faz com que a classe alta migre para longe do centro, vagando essa área para pessoas de baixa renda criando os cortiços⁹, já que assim ficariam próximos de seus trabalhos.
- 3- Em torno de 1930, a classe alta busca novos lugares enquanto, ao mesmo tempo, tem-se uma migração de trabalhadores rurais para as cidades, criando as favelas¹⁰, zonas periféricas.

Acontece, que, atualmente o modelo de centro-periferia tem sido questionado, isso porque há uma proximidade física entre classe alta e classe baixa, porém estes grupos acabam distanciados por outros elementos. Quanto a isso, Caldeira (2000, p. 211) afirma que

Estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de ‘enclaves fortificados’, Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os ‘marginalizados’ e os sem-teto.

Negri (2008) conclui dizendo que o debate a respeito de segregação sócio-espacial é consequência de fatores diversos, tais como realidade socioeconômica, política e cultural de cada país. Por isso vê-se segregações a partir “raça, religião, idade, sexo, etnia, situação civil, por classes, socioeconômico entre outros.” No Brasil, pesquisas demonstram que o principal tipo de segregação encontrada é socioeconômica, criando uma estrutura urbana dualizada entre classe alta e classe baixa. O espaço é utilizado como um condicionador das diferenças sociais, isso porque há uma classe dominada e outra que domina.

2.2. - *Direito à Educação:*

Paralelo à Instalação da República no Brasil, surgiram também as primeiras ideias de um plano que buscasse uma educação para todo o país. Em 1932 um grupo da elite intelectual fez um manifesto conhecido como “Manifesto dos Pioneiros da Educação”. Buscavam um plano unitário e de bases científicas, foi por meio desse manifesto que foi incluso o art. 50 na Constituição Brasileira de 1934, que tornou competência da União fixar um plano nacional de

⁹“Casa de Cômodos onde moram muitas famílias.” BUENO, Silveira. Dicionário da língua portuguesa. S. Paulo: FTD, 2000.

¹⁰ “Conjunto de Barracos ou cortiços.” BUENO, Silveira. Dicionário da língua portuguesa. S. Paulo: FTD, 2000.

educação que incluísse todos os níveis da educação, coordenar e fiscalizar esse plano em todo território brasileiro. E desse fato em diante todas as Constituições seguintes tinham um ponto mantendo a ideia desse plano. (Brasil, 2001)

A educação é um direito social incluído no artigo sexto da Constituição Federal (CF) de 1988:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

É por isso que não deveria ser um privilégio de alguns e sim direitos de todos, como tem sido na história da educação no Brasil. Está previsto na Constituição Federal:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O 4º Artigo do Estatuto da Criança e o do Adolescente (ECA) também traz esse ponto de que é dever família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público e do Estado assegurar esses direitos.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A legislação específica no âmbito da educação é a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) que assim como a CF e o ECA, busca garantir o acesso à educação e uma educação qualificada. A LDB regulamenta o sistema educacional do Brasil. Definindo responsabilidades do Estado e os princípios da educação. Divide a educação em dois níveis a Educação Básica e a Educação superior. Sendo que pertence a Educação básica:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Onde a pré-escola é para crianças de 4 e 5 anos, não é obrigatória, mas é ofertada gratuitamente. O Ensino Fundamental é dividido em duas partes, o fundamental I abrange do 1º ao 5º ano e fundamental II do 6º ao 9º ano, é obrigatório e ofertado de maneira gratuita. E o Ensino Médio do 1º ao 3º ano, são os anos finais da educação básica e também é obrigatório e gratuito.

Em 1962, foi elaborado o primeiro PNE, mas não era um projeto de lei, foi uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC). Foi em 1967 que surgiu a ideia de fazer o PNE ser uma lei. Vinte e um anos depois na CF 88 o Art. 214 contempla essa obrigatoriedade (Brasil, 2001).

Em 2001 foi aprovado o PNE pela Lei nº 10.172 de 10/01/2001 e apresenta uma série de metas que deveriam ser cumpridas durante este período. As metas visam universalizar a oferta da educação obrigatória, elevar o nível de escolaridade da população, a taxa de alfabetização, a qualidade da educação básica e superior, o acesso ao ensino técnico e superior, valorizar os profissionais da educação, reduzir as desigualdades sociais a partir do acesso e permanência a escolas públicas, democratizar a gestão e ampliar os investimentos em educação entre outros pontos (Brasil, 2001).

O Plano apresentou 295 metas, agrupadas em cinco prioridades: garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a sua conclusão; garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram; ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino, como a educação infantil, o ensino médio e a educação superior; valorização dos profissionais da educação e o desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive educação profissional, contemplando também o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão dos dados (Bonamigo et al, 2012, p. 6).

O Plano está dividido entre os Níveis de Ensino, em cada nível há suas subdivisões e em cada uma das subdivisões apresenta um diagnóstico, diretrizes e metas que deverão ser cumpridas. No caso da Educação Básica, as subdivisões são Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino médio. Para a primeira etapa da educação foram elaboradas 26 metas, para a segunda etapa 30 e na terceira e última etapa da educação básica foram apresentadas 20 metas. (Brasil, 2001).

Cury no seu artigo *A Educação Básica Como Direito* (2008) explica que o conceito de educação básica é uma ideia nova, onde diz que é um direito e uma nova forma da educação nacional. Ao fazer a etimologia da palavra básica tem-se que a palavra básica procede da palavra base e a palavra base vem do grego *básis, eós* que corresponde aos substantivos pedestal, fundação e ao verbos andar, avançar, pôr em marcha. E direito “significa um recorte universalista próprio de uma cidadania ampliada e ansiosa por encontros e reencontros com uma democracia civil, social, política e cultural.” Por isso é um alicerce e a educação básica se impõe como uma ampliação do espectro da cidadania educacional. Essa educação básica é dividida em três níveis: ensino infantil, fundamental e médio e esses níveis acontecem de

maneira progressiva. “Resulta daí que a educação infantil é a raiz da educação básica, o ensino fundamental é o seu tronco e o ensino médio é seu acabamento.”

A Educação além de ser um direito do cidadão é também um dever do Estado que será cumprido através das políticas públicas, já que são elas que tiram do papel a lei e faz com que seja efetiva. O livro *Política Educacional e Pobreza* coordenado por Yannoulas (2013) apresenta uma série de capítulos com o debate sobre a educação pública como direito social. O segundo capítulo, que foi escrito por Duarte (2013) apresentou uma pesquisa quanti-qualitativa para conhecer como se dá essa relação entre pobreza e educação. Com essa pesquisa foi possível comprovar as hipóteses: a relação da população em situação de pobreza e a educação se dá por meio do fracasso escolar e as escolas não consideram a população para a elaboração do projeto pedagógico. O capítulo 3 elaborado por Soares (2013) colabora com essa discussão, a autora compara em seu estudo Brasília e as Regiões Administrativas Samambaia e Ceilândia, que foram escolhidas a partir do IDEB e mostra a desigualdade que há entre elas, ou seja, é possível materializar essa relação.

Há algum tempo, a educação tem sido vista como privilégio no Brasil, enquanto é, na verdade, direito de todos os cidadãos. Está posto na Constituição de 88, no ECA e na LDB. E como afirma Cury (2008) “A educação básica é um conceito mais do que inovador para um país que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos, o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar.”

Para que a educação possa ser um direito de todos, Cury (2008, p. 302) afirma que é necessário que haja algo em comum e universal e

Por ser um serviço público, ainda que ofertado também pela iniciativa privada, por ser direito de todos e dever do Estado, é obrigação deste interferir no campo das desigualdades sociais e, com maior razão, no caso brasileiro, no terreno das hierarquias sociais, como fator de redução das primeiras e eliminação das segundas, sem o que o exercício da cidadania ficaria prejudicado *a priori*.

A partir do conceito trazido por Cury compreende-se que além de ser um direito a educação básica é uma necessidade, pois é a base, é fundamental e está implícito na etimologia. Cabe ao Estado, família, comunidade, sociedade em geral garantir esse direito de uma maneira que ele seja acessível a todos.

2.3 Público-Privado na Educação

As discussões a respeito das escolas públicas e particulares são constantes e significativas no âmbito da educação brasileira. Vários grupos sociais discutem sobre esse

assunto, as discussões eram geradas por temas como a religião na educação pública, a repasse de verbas públicas para escolas particulares e quanto a esse segundo ponto, o debate girava em torno dos seguintes pontos: verbas exclusivas para escolas públicas, diferenciação entre escolas públicas (estatais) e não-estatais e a não ingerência do Poder Público na regulação das anuidades escolares (Oliveira, 2005).

Até a constituinte de 1987-88 a legislação considerava dois tipos de escolas, as escolas públicas estatais e as escolas particulares. As instituições não poderiam ter fins lucrativos e por isso tinham isenção de impostos, porém, isso no caso das escolas particulares era um facilitador e acabou gerando uma contradição já que havia uma grande quantidade de escolas que seguiam a lógica do lucro (Oliveira, 2005).

Na constituinte foram levantados três grupos distintos e cada um com uma bandeira própria:

- Escolas públicas estatais: verbas públicas exclusivas para escolas públicas;
- Confessionais (católicos, metodistas e presbiterianos): escolas públicas estatais e não estatais. Colocando-se entre as não estatais;
- Setor privado empresarial: aceitam o repasse de verbas estatais, mas não quer estar sob a regulação do Poder Público.

Porém o grupo que foi contemplado foi o dos confessionais. Manteve a identidade entre público e privado, mas diferenciou as privadas entre as com fins lucrativos e as sem fins lucrativos e essas poderiam receber subsídios do governo (Oliveira, 2005).

Oliveira (2005) percebeu que outra discussão se formou após a CF 88 apresentar três conceitos diferentes ao público e ao privado:

1. Público como estatal: Adotado desta maneira desde o Direito Romano, seria uma conceituação clássica, onde público é estatal e privado significa não estatal. Bobbio (1986) refere-se a público ou privado no sentido de propriedade. Assim como prevê a Constituição Federal de 1988:

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
Parágrafo 2º - As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

2. O terceiro Setor: é privado, mas sem fins lucrativos. É conhecido pelas organizações não Governamentais (ONG's), são as instituições sem fim lucrativo, como escolas comunitárias, filantrópicas, confessionais com direito a receber recursos públicos. Mas que no final também funcionam como uma mercadoria. Essas instituições foram previstas no artigo 213 da CF:

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

3. A terceira maneira apresentada na Constituição é o público, nem estatal e nem privado. Há esta diferenciação no art. 223 da CF:

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

Neste caso é contemplada a distinção entre público, estatal e privado. O Público seria considerado bom quando enquanto estatal e não bom enquanto privado.

A CF deixou uma ambiguidade de conceitos. E com o conceito de público não estatal, naturalizou o repasse de verbas públicas para escolas privadas que mesmo sendo sem fins lucrativos continuam caracterizadas como particulares (Oliveira, 2005).

Oliveira (2005) conclui dizendo que a educação pública é vista como desqualificada e automaticamente associada a serviços de baixa qualidade, isso porque os investimentos nesta área são inferiores ao necessário e os produtos disponibilizados encontram-se abaixo do necessário e possível.

Quanto a esse ponto vale ressaltar questões já levantadas anteriormente. A Educação é um direito, e deve ser garantido a todos gratuitamente. Foi por isso que uma das metas da PNE 2001-2010 é de ofertar educação gratuita e de boa qualidade, com profissionais qualificados e capacitados.

O grupo Abril fez um levantamento comparativo entre as escolas privadas e públicas onde é possível observar um pouco a respeito da conclusão chegada por Oliveira(2005). O artigo do grupo Abril contemplou os seguintes pontos:

- **Material Didático:** Ambas as escolas ganham nesse quesito. Na pública a vantagem é que o material didático é distribuído gratuitamente e há um conselho que seleciona esse material, elevando sua qualidade. No caso da privada, quem escolhe o material é o professor que irá lecionar, sem se preocupar com os gastos.
- **Professores:** Nesse ponto a escola pública perde, mesmo que o salário dos professores seja baixo é maior que na rede particular, porém preferem estar nas escolas particulares. O que explica isso são os pontos de segurança e infraestrutura.
- **Custos:** A escola particular não ganha em relação ao custo pelo fato de que as mensalidades são normalmente de um valor muito elevado, enquanto nas escolas públicas não há mensalidades.
- **Seguranças:** Casos de violência em escolas públicas são mais comuns do que em escolas privadas. As escolas privadas podem investir como querem em segurança, enquanto a pública depende do Estado.
- **Infraestrutura:** As escolas da rede privada, da mesma maneira que podem investir na segurança, podem investir também na infraestrutura sem nenhuma dificuldade. Pode comprar materiais, pode construir quadras poliesportivas, bibliotecas e laboratórios enquanto, mais uma vez, as escolas públicas não dispõem desse recurso.

Costa(2001) participou de um projeto para incentivar a construção de pré-escolas comunitárias, ou seja, escolas que pertencem ao segundo grupo de público citado na CF e mostrados por Oliveira (2005). Esse projeto começou no Rio de Janeiro (RJ) e se estendeu para todo o país. O objetivo dessa iniciativa é estender o acesso à educação por uma população até então privadas desse direito. O surgimento dessa rede aconteceu de maneira improvisada no RJ, grupos de moradores das favelas se reuniram e criaram as escolas, pressionando a administração pública para que o apoiassem.

Esse estilo de relacionamento entre os ocupantes do poder público e os setores sociais marginalizados foi adquirindo contornos claros. As escolas comunitárias iniciais passaram a contar com um apoio sistemático por parte de uma secretaria municipal especificamente criada para cuidar dos serviços públicos em áreas de grande concentração de moradores de baixa renda (as favelas e ocupações irregulares que se espalham por toda a cidade, condensando cerca de 20% da população) (Costa, 2001, p.46).

Esses programas que incentivam a ação da comunidade, por fazerem parte do terceiro setor, forjam a ação estatal, produzindo novos atores sociais, geram impactos no sistema educacional e se tornam discursos políticos com poucas críticas, já que a participação comunitária dá um aspecto de democracia. Enquanto por outro lado, as privatizações recebem diversas críticas, porém nesses dois casos, tanto as privatizações quanto a ação comunitária são distribuições de serviços públicos segundo Costa (2001).

Costa (2001) apresenta um dado de que no final da década de 70 até a década de 80 se instalou um modelo educacional chamado de “escolas comunitárias”. Porém há diferenças entre as ideias proposta e as desenvolvidas. Esse modelo se expandiu de duas formas diferentes. O primeiro foi pelo forte discurso anti-escolar que fundamentava a criação de um novo modelo escolar com o objetivo de romper com o capitalismo. O segundo modelo, incentivado pelo Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef), associações religiosas, entidades filantrópicas, estimulavam a ação comunitária como forma de expandir o atendimento educacional a que não tinha acesso à educação. Mesmo com caminhos diferentes, ambas afirmavam a gestão local, a participação comunitária e o controle dos usuários aos serviços prestados.

O Programa de que Costa participou no Rio de Janeiro em seu início contava com menos de dez escolas, e apenas cerca de 15% das crianças de 0 a 6 anos frequentavam a pré-escola e um tempo depois já havia mais de 350 escolas comunitárias e o a quantidade de crianças atendidas aumentou. Porém, com o grande crescimento o Programa passou a depender cada vez mais do financiamento estatal e como não tinha metas a serem cumpridas, ou um planejamento, seu crescimento se deu de maneira desordenada. Costa (2001) conclui que perante essa situação, ocorreu a desvalorização da rede pública de ensino, tanto pela má qualidade e insuficiência, quanto pela dimensão ideológica.

2.4. Fracasso Escolar:

O fracasso escolar é um fenômeno recorrente na história do Brasil desde seu início. Parece que a sociedade está fadada a essa situação e que nunca vai mudar. Isso porque, como foi dito anteriormente, a educação ainda é privilégio apenas para alguns, porém com o PNE é possível acreditar que essa situação pode mudar.

Spozatti (2000, p. 23) levantou que uma criança nascida no Brasil tem:

- 30% de chances de não ser registrada ao nascer;
- 40% de chances de seus pais terem um padrão instrucional de menos de quatro anos de estudo;
- 21% de chances de nascer em lares cujos pais são analfabetos;

27% de chances de viver em uma família com renda mensal inferior a meio salário mínimo per capita;

17% de chances de trabalhar para ajudar a família a partir dos 10 anos, embora o Estatuto da Criança e do Adolescente só admita como adequado o trabalho após os 14 anos;

46% de chances de já estar trabalhando entre os 15 e 17 anos, tendo ou não concluído o ensino básico, para poder sobreviver e ajudar a família; 59% de chances de concluir o ensino fundamental (8a série), embora 95% tenham chance de acesso a esse nível de ensino.

Os dados recentes do Unicef antevêm que 41% das crianças brasileiras estão fadadas ao fracasso escolar e a reproduzir, no futuro, a situação atual de fracasso de seus pais.

Um curta-metragem chamado Vida Maria, produzido por Márcio Ramos e lançado em 2006, retrata essa reprodução do fracasso escolar passada de geração em geração. No filme, Maria José, a protagonista, está na fase escolar de alfabetização, e está escrevendo seu nome quando sua mãe chama atenção dizendo que desenhar o nome não a levaria a lugar nenhum e mandou que ela fosse fazer coisas mais importantes, como os serviços domésticos, então Maria cresce, tem filhos, envelhece e morre. E mostra o caderno dela, onde outras “Marias” de sua família haviam sido impedidas de continuar a vida escolar e a falta de perspectiva consequente dessa situação.

Quanto a essa reprodução, no período de estágio no CRAS Varjão, a autora deste trabalho, pôde observar quão presente ainda é essa realidade. A maioria dos habitantes dessa RA são migrantes de cidades do interior estado da Bahia, e quando se mudam para o DF a última coisa que fazem, quando fazem, é buscar a escola para os filhos, vale ressaltar que esses pais, em sua maioria, são analfabetos ou não cumpriram por completo a educação básica, por isso acabam desvalorizando, ou desconhecendo, a necessidade da educação para seus filhos.

Tomando por base Spozatti (2000), entende-se que fracasso não é antônimo de sucesso e sim de “não-fracasso”, ou seja, o não-fracasso seriam as crianças e jovens que concluíram a educação básica, independente de como e em que condições. Também apresenta dois modelos diferentes de fracasso: o premeditado e o possível. “Chamo de fracasso premeditado aquele resultante da omissão da ação das autoridades, das políticas públicas; o fracasso possível é aquele decorrente de condições eventuais e circunstanciais.” (p.23).

Um exemplo de fracasso premeditado seria oferta *versus* demanda de vagas, “é óbvio que uma primeira condição para o não-fracasso é lograr uma vaga na escola.” (Spozatti, 2000, p.25). É necessário que a oferta acompanhe o crescimento populacional, por exemplo, em uma determinada região de uma cidade pode ser que o crescimento populacional seja bem diferente que em outra região, sendo assim, seria mais justo que a distribuição de vagas não

fosse igual para todas as escolas e sim proporcional a necessidade. É essencial que a escola seja num local próximo de onde o aluno vive, caso contrário, tem-se outro exemplo de fracasso premeditado, já que não há disponibilidade de transporte escolar para todos, e os poucos que tem, muitas vezes estão em condição precária colocando assim em risco a vida da criança. As vagas das escolas públicas localizadas em bairros nobres são procuradas pelos familiares dos empregados.

Escolas públicas nesses bairros são procuradas pelos familiares de empregados ou zeladores de prédios ali residentes. Como já aludido, a proximidade da escola é crucial no caso das famílias de baixa renda. A escola deveria ser um equipamento com raio de abrangência a ser cumprido a pé e com segurança. (Spozatti, 2000, p.26)

Quando fala-se de educação básica, refere-se a uma escolaridade desejável, como afirma Spozatti (2000), ou seja, é a que vai garantir ao cidadão a alcançar o mínimo, por isso, apenas o cumprimento da educação básica não deve ser considerado sucesso.

Patto (2000) traz em seu livro a situação de diversas crianças que tiveram sua escolarização interrompida, crianças, em sua maioria, de classe baixa. As escolas são formadas por regras das quais não podem desviar e acabam por gerar uma educação precária para alunos que vivem em uma cultura permeada de preconceitos. Professores e alunos acabam por ser vítimas da ausência de políticas. As crianças acabam por não se adaptar a escola e vice versa.

Duarte (2013) pôde afirmar também que o fracasso escolar está associado à pobreza já que as escolas não se adaptam à população. Outro fator importante para a observação é o fato que muitas das crianças de classe baixa são de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF). Uma das condicionalidades para inserção no programa é que as crianças estejam matriculadas e sejam frequentes nas aulas. Porém, essa condicionalidade não garante a permanência, já que as escolas por vezes não são atrativas, não oferecem atividades extracurriculares, “De outro lado, temos escolas em péssimo estado de conservação e/ou com orientações pedagógicas excludentes.” (Spozatti, 2000, p.28). Escola e comunidade devem ser integradas e como confirma Patto (2000), os alunos sofrem preconceitos por sua condição e cultura.

Há ainda a falta de apoio e incentivo dos pais, Brandão *apud* Queiroz (2002) ressalta a importância da família na vida escolar das crianças e jovens. A família é um dos determinantes para o fracasso escolar das crianças e adolescentes. Quanto mais escolarizada for a família, mais será a criança. Da mesma maneira que a evasão escolar pode ser uma

reprodução. Quando a educação passa de não-fracasso a sucesso, fica mais fácil e claro saber da sua importância e necessidade.

Outro fator é que há precariedade na estrutura física.

O aspecto físico da escola era de abandono, deterioração, desleixo com a coisa pública e o coletivo. Naturalmente os estudantes daquela e de outras classes não poderiam ter um olhar carinhoso sobre sua sala de aula e sua escola. Dali não poderia partir nenhum incentivo ao sentimento de fazer parte daquele local, nem qualquer sentimento de preservação de espaços públicos. Portanto, não poderiam também ter um sentimento de querer aí permanecer. (Spozatti, 2000, p.29 e 30)

Ainda nesse contexto de pobreza e educação, o PNE 2001-2010 afirma que as taxas de analfabetismo estão diretamente ligadas aos números de crianças fora da escola e que esse problema está concentrado em “bolsões” de pobreza nas periferias e áreas rurais.

Percebe-se que o fracasso escolar é fruto de diversas questões, e para combatê-la é necessário um trabalho em equipe entre Estado e Sociedade. Não basta culpabilizar apenas a ausência do Estado, ainda que essa seja a maior responsável, é necessário contar com o apoio do cidadão também. Buscar meios e maneiras para que a escola passe de um lugar de regras a serem cumpridas a um lugar de aprendizado e lazer.

3-APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DOS DADOS

Para chegar aos resultados, primeiro é necessário conhecer, ainda que minimamente, a realidade de cada um dos locais do DF e Entorno e as Condições Sócio Econômicas, pois como foi dito anteriormente existe uma relação direta entre a educação e a classe econômica.

3.1.Densidade Demográfica do DF e Entorno nos anos 2000 e 2010

Tabela 1 – População total residente em cada município por ano no DF e Entorno anos de 2000 e 2010¹¹

Município e Subdistrito	2000	2010
Buritis - MG	20396	22737
Unaí - MG	70033	77565
Abadiânia - GO	11452	15757
Água Fria de Goiás - GO	4469	5090
Águas Lindas de Goiás - GO	105746	159378
Alexânia - GO	20047	23814
Cabeceiras - GO	6758	7354
Cidade Ocidental - GO	40377	55915
Cocalzinho de Goiás - GO	14626	17407
Corumbá de Goiás - GO	9679	10361
Cristalina - GO	34116	46580
Formosa - GO	78651	100085
Luziânia - GO	141082	174531
Mimoso de Goiás - GO	2801	2685
Novo Gama - GO	74380	95018
Padre Bernardo - GO	21514	27671
Pirenópolis - GO	21245	23006
Planaltina - GO	73718	81649
Santo Antônio do Descoberto - GO	51897	63248
Valparaíso de Goiás - GO	94856	132982
Vila Boa - GO	3287	4735
Brasília - Brasília - Brasília - DF	198422	209855
Gama - Brasília - Brasília - DF	130580	135723
Taguatinga - Brasília - Brasília - DF	243575	361063
Brazlândia - Brasília - Brasília - DF	52698	57542
Sobradinho - Brasília - Brasília - DF	128789	210119
Planaltina - Brasília - Brasília - DF	147114	171303
Paranoá - Brasília - Brasília - DF	54902	53618
Riacho Fundo - Brasília - Brasília - DF	41404	71854
Núcleo Bandeirante - Brasília - Brasília - DF	36472	43765
Ceilândia - Brasília - Brasília - DF	344039	402729
Guará - Brasília - Brasília - DF	115385	142833
Cruzeiro - Brasília - Brasília - DF	63883	81075
Samambaia - Brasília - Brasília - DF	164319	200874
Candangolândia - Brasília - Brasília - DF	15634	15924
Recanto das Emas - Brasília - Brasília - DF	93287	121278

¹¹ Daqui em diante, quando for citados dados a respeito de Brasília, esses dados são referentes a Asa Norte e Asa Sul.

Lago Norte - Brasília - Brasília - DF	29505	41627
Lago Sul - Brasília - Brasília - DF	28137	29537
Santa Maria - Brasília - Brasília - DF	98679	118782
São Sebastião - Brasília - Brasília - DF	64322	100659

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Elaboração própria com base na Tabela 1552 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo a forma de declaração da idade e a idade.

A partir dos censos demográficos feito pelo IBGE nos anos de 2000 e 2010 é possível ver que houve um crescimento populacional nessa década. Com exceção do Paranoá-DF e Mimoso de Goiás-GO que tiveram uma queda na densidade demográfica. Vale ressaltar que não aparecem todas as RAs e cidades que compõem o RIDE porque durante esses anos não constavam todos os subdistritos que tem hoje, segundo a equipe de atendimento do IBGE. E também houve distinções nas variáveis coletadas em 2000.

Este crescimento demográfico deve-se ao fato de que a população de sessenta anos em diante aumentou¹² no DF e Entorno, e mesmo que no contexto nacional o número de crianças de 0 a 9 anos tenha diminuído, em muitos desses municípios a taxa de natalidade também subiu, porém não são os maiores responsáveis pelo crescimento da população em geral.

Ainda quanto a população, o próximo dado é referente a quantidade de indivíduos em idade escolar, como a propostas do PNE é atender a crianças desde zero anos, e a média de idade para terminar o ensino médio, se for cursado de maneira regular, sem reprovações ou abandono, são 17 e 18 anos.

Tabela 2 - População em idade escolar (zero a dezenove anos) da população e porcentagem equivalente dessa população do DF e Entorno nos anos de 2000 e 2010

Município e Subdistrito	2000	% População em Idade Escolar	2010	% População em Idade Escolar
Buritis - MG	9310	45,65%	8767	38,56%
Unai - MG	28795	41,12%	25450	32,81%
Abadiânia - GO	4470	39,03%	5255	33,35%
Água Fria de Goiás - GO	1928	43,14%	1807	35,50%
Águas Lindas de Goiás - GO	50129	47,41%	66559	41,76%
Alexânia - GO	8432	42,06%	8524	35,79%
Cabeceiras - GO	3004	44,45%	2711	36,86%
Cidade Ocidental - GO	17924	44,39%	21567	38,57%
Cocalzinho de Goiás - GO	6377	43,60%	6340	36,42%
Corumbá de Goiás - GO	3972	41,04%	3414	32,95%

¹² Esses dados constam no: IBGE - Censo Demográfico 2010 na Tabela 1552 completa, já que esses dados foram ocultados na tabela trazida a este trabalho.

Cristalina - GO	14996	43,96%	17744	38,09%
Formosa - GO	35196	44,75%	36367	36,34%
Luziânia - GO	64333	45,60%	68066	39,00%
Mimoso de Goiás - GO	1189	42,45%	911	33,93%
Novo Gama - GO	35022	47,09%	38055	40,05%
Padre Bernardo - GO	10008	46,52%	11005	39,77%
Pirenópolis - GO	8265	38,90%	7525	32,71%
Planaltina - GO	35441	48,08%	33029	40,45%
Santo Antônio do Descoberto - GO	24784	47,76%	25728	40,68%
Valparaíso de Goiás - GO	42229	44,52%	49240	37,03%
Vila Boa - GO	1645	50,05%	1832	38,69%
Brasília - Brasília - Brasília - DF	58791	29,63%	45175	21,53%
Gama - Brasília - Brasília - DF	50169	38,42%	44422	32,73%
Taguatinga - Brasília - Brasília - DF	87151	35,78%	102905	28,50%
Brazlândia - Brasília - Brasília - DF	23364	44,34%	21833	37,94%
Sobradinho - Brasília - Brasília - DF	51865	40,27%	73924	35,18%
Planaltina - Brasília - Brasília - DF	66003	44,87%	65069	37,98%
Paranoá - Brasília - Brasília - DF	25389	46,24%	18655	34,79%
Riacho Fundo - Brasília - Brasília - DF	18229	44,03%	24268	33,77%
Núcleo Bandeirante - Brasília - Brasília - DF	12713	34,86%	12099	27,65%
Ceilândia - Brasília - Brasília - DF	134487	39,09%	139406	34,62%
Guará - Brasília - Brasília - DF	40643	35,22%	43028	30,12%
Cruzeiro - Brasília - Brasília - DF	20262	31,72%	18389	22,68%
Samambaia - Brasília - Brasília - DF	75489	45,94%	72535	36,11%
Candangolândia - Brasília - Brasília - DF	6236	39,89%	4752	29,84%
Recanto das Emas - Brasília - Brasília - DF	45196	48,45%	47532	39,19%
Lago Norte - Brasília - Brasília - DF	10265	34,79%	10288	24,71%
Lago Sul - Brasília - Brasília - DF	7188	25,55%	6087	20,61%
Santa Maria - Brasília - Brasília - DF	47387	48,02%	43885	36,95%
São Sebastião - Brasília - Brasília - DF	27589	42,89%	34986	34,76%

Fonte: IBGE-Censo Demográfico 2010. Elaboração própria com base na Tabela 1552 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo a forma de declaração da idade e a idade.

A tabela número 2 indica a informação em relação a quantidade de pessoas em idade escolar, ou seja, a população total de 0 a 19 anos e qual a porcentagem da população que representam, tanto dos anos de 2000 e de 2010.

Com isso, pode-se ver onde há uma maior necessidade de instituições escolares, no ano 2000 as cidades que tem a maior população de pessoas com idade escolar são Vila Boa - GO, Planaltina - GO e a RA Recanto das Emas - DF, enquanto a menor população dessas pessoas neste mesmo ano são as das RAs Lago Sul - DF, Brasília - DF e Cruzeiro - DF.

Já no ano de 2010, as cidades com maior população em idade escolar são Águas Lindas - GO, Santo Antônio do Descoberto - GO e novamente Planaltina - GO e novamente

das RAs Lago Sul - DF, Brasília - DF e Cruzeiro – DF são as cidades com a menor população.

3.2. Condições socioeconômicas do DF e Entorno nos anos 2000 e 2010

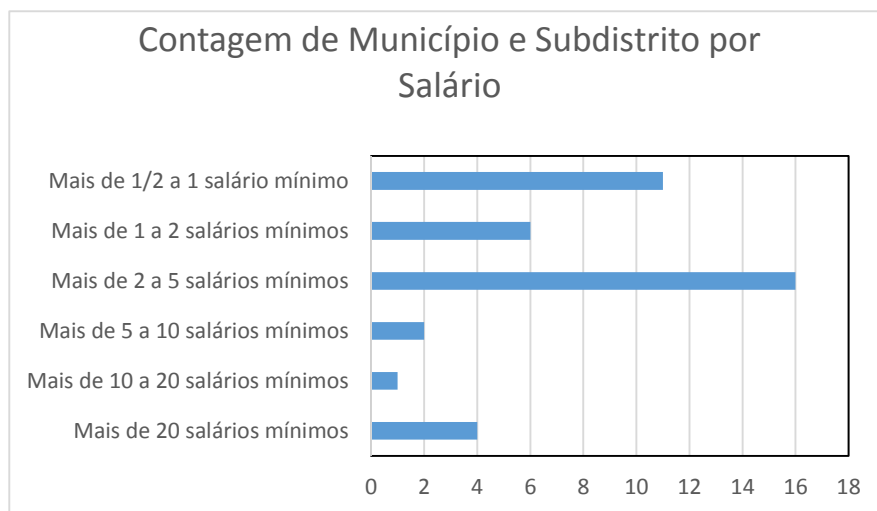
Tabela 3 - Condições Econômicas das famílias do DF e Entorno no ano de 2000

Município e Subdistrito	% das famílias que vivem com determinado salário	Salário
Buritis - MG	31,29%	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo
Unaí - MG	26,31%	Mais de 1 a 2 salários mínimos
Abadiânia - GO	33,29%	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo
Água Fria de Goiás - GO	30,77%	Mais de 1 a 2 salários mínimos
Águas Lindas de Goiás - GO	33,41%	Mais de 2 a 5 salários mínimos
Alexânia - GO	30,15%	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo
Cabeceiras - GO	31,14%	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo
Cidade Ocidental - GO	30,95%	Mais de 2 a 5 salários mínimos
Cocalzinho de Goiás - GO	27,69%	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo
Corumbá de Goiás - GO	36,68%	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo
Cristalina - GO	26,31%	Mais de 1 a 2 salários mínimos
Formosa - GO	23,39%	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo
Luziânia - GO	28,65%	Mais de 2 a 5 salários mínimos
Mimoso de Goiás - GO	33,78%	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo
Novo Gama - GO	31,04%	Mais de 2 a 5 salários mínimos
Padre Bernardo - GO	32,51%	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo
Pirenópolis - GO	32,75%	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo
Planaltina - GO	28,48%	Mais de 1 a 2 salários mínimos
Santo Antônio do Descoberto - GO	28,48%	Mais de 1 a 2 salários mínimos
Valparaíso de Goiás - GO	29,05%	Mais de 2 a 5 salários mínimos
Vila Boa - GO	30,57%	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo
Brasília - Brasília - Brasília - DF	43,63%	Mais de 20 salários mínimos

Gama - Brasília - Brasília - DF	27,55%	Mais de 2 a 5 salários mínimos
Taguatinga - Brasília - Brasília - DF	25,58%	Mais de 5 a 10 salários mínimos
Brazlândia - Brasília - Brasília - DF	25,09%	Mais de 2 a 5 salários mínimos
Sobradinho - Brasília - Brasília - DF	22,67%	Mais de 2 a 5 salários mínimos
Planaltina - Brasília - Brasília - DF	26,60%	Mais de 2 a 5 salários mínimos
Paranoá - Brasília - Brasília - DF	30,87%	Mais de 1 a 2 salários mínimos
Riacho Fundo - Brasília - Brasília - DF	30,50%	Mais de 2 a 5 salários mínimos
Núcleo Bandeirante - Brasília - Brasília - DF	21,99%	Mais de 5 a 10 salários mínimos
Ceilândia - Brasília - Brasília - DF	33,38%	Mais de 2 a 5 salários mínimos
Guará - Brasília - Brasília - DF	25,09%	Mais de 10 a 20 salários mínimos
Cruzeiro - Brasília - Brasília - DF	35,31%	Mais de 20 salários mínimos
Samambaia - Brasília - Brasília - DF	31,75%	Mais de 2 a 5 salários mínimos
Candangolândia - Brasília - Brasília - DF	29,73%	Mais de 2 a 5 salários mínimos
Recanto das Emas - Brasília - Brasília - DF	30,26%	Mais de 2 a 5 salários mínimos
Lago Norte - Brasília - Brasília - DF	52,39%	Mais de 20 salários mínimos
Lago Sul - Brasília - Brasília - DF	73,07%	Mais de 20 salários mínimos
Santa Maria - Brasília - Brasília - DF	29,53%	Mais de 2 a 5 salários mínimos
São Sebastião - Brasília - Brasília - DF	29,11%	Mais de 2 a 5 salários mínimos

Fonte: IBGE-Censo Demográfico 2000. Elaboração própria com base na Tabela 1494 - Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por situação, sexo, grupos de idade e classes de rendimento nominal mensal.

Gráfico 1- Contagem de Município e Subdistrito por Salário



Fonte: IBGE-Censo Demográfico 2000. Elaboração própria com base na Tabela 1494 - Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por situação, sexo, grupos de idade e classes de rendimento nominal mensal.

A partir da tabela 3 e do gráfico 1 é viável conhecer as condições econômicas referentes ao ano de 2000, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (TEM, 2014) o salário mínimo neste ano era R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais), ou seja, em onze cidades do Entorno as famílias vivem com até R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), mas a maioria recebe de dois a cinco salários mínimos de R\$ 302,00 (trezentos e dois reais) a R\$ 755,00 (setecentos e cinquenta e cinco reais), enquanto a minoria vive com mais de cinco salários mínimos, e entre essas estão as RAs citadas anteriormente com a menos população em idade escolar Lago Sul - DF, Brasília - DF e Cruzeiro - DF, o que quer dizer que além de precisar de menos instituições de educação, as instituições que essas famílias buscarão será provavelmente da rede particular e não da pública.

Os locais que tem uma porcentagem maior da população com menos de 1/2 salário mínimo¹³ em 2000 são as cidades Buritis – MG, Cabeceiras – GO e Mimoso – GO, e as que vivem apenas com os benefícios¹⁴ são as cidades Mimoso – GO, Padre Bernardo – GO e Água Fria- GO.

¹³ Esses dados constam no: IBGE-Censo Demográfico 2000 na Tabela 1494 completa, já que esses dados foram ocultados na tabela trazida a este trabalho.

¹⁴ “A categoria **Sem rendimento** inclui as pessoas que recebiam somente em benefícios.”, IBGE-Censo Demográfico 2000 na Tabela 1494 que teve esses dados ocultados no presente trabalho.

Uma conclusão que se tem a partir das últimas informações é que as cidades do Entorno vivem em uma situação de pobreza maior do que as RAs do DF, mesmo que algumas dessas RAs tenham uma situação bem crítica de pobreza também, mas, por exemplo, em 2000 nenhuma das RAs vivia com menos de um salário mínimo. Essa deve ser uma das causas para que essas cidades dependam do DF para o seu desenvolvimento.

Tabela 4 - Condições Econômicas das famílias do DF e Entorno no ano de 2010

Município e Subdistrito	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Sem rendimento
Buritis - MG	12,01%	28,31%	12,95%	5,57%	1,36%	0,41%	0,17%	39,22%
Unaí - MG	5,66%	26,79%	17,74%	9,80%	2,99%	0,80%	0,27%	35,94%
Abadiânia - GO	3,67%	31,92%	16,95%	6,91%	1,77%	0,39%	0,12%	38,28%
Água Fria de Goiás - GO	9,79%	25,01%	13,99%	5,88%	1,27%	0,33%	0,24%	43,49%
Águas Lindas de Goiás - GO	3,93%	22,92%	23,76%	7,57%	1,01%	0,16%	0,03%	40,61%
Alexânia - GO	4,63%	29,82%	16,08%	6,88%	2,03%	0,51%	0,15%	39,90%
Cabeceiras - GO	9,78%	29,81%	14,56%	5,51%	1,11%	0,43%	0,07%	38,73%
Cidade Ocidental - GO	3,10%	20,67%	22,63%	11,79%	3,11%	0,60%	0,08%	38,02%
Cocalzinho de Goiás - GO	5,93%	27,59%	17,33%	6,36%	1,32%	0,28%	0,14%	41,05%
Corumbá de Goiás - GO	7,98%	36,17%	13,28%	5,39%	1,52%	0,49%	0,21%	34,95%
Cristalina - GO	4,55%	25,35%	18,18%	9,44%	2,73%	0,67%	0,23%	38,84%
Formosa - GO	5,69%	26,66%	17,53%	9,21%	4,24%	1,02%	0,23%	35,41%
Luziânia - GO	4,29%	23,87%	20,62%	9,41%	2,36%	0,54%	0,17%	38,75%
Mimoso de Goiás - GO	9,81%	28,84%	12,94%	4,81%	1,28%	0,57%	0,22%	41,52%
Novo Gama - GO	3,49%	20,66%	21,83%	10,24%	1,96%	0,26%	0,04%	41,51%
Padre Bernardo - GO	6,91%	29,63%	14,76%	5,87%	1,74%	0,39%	0,06%	40,64%
Pirenópolis - GO	6,47%	30,82%	19,97%	7,83%	1,99%	0,48%	0,22%	32,23%
Planaltina - GO	5,03%	24,23%	20,62%	8,28%	1,69%	0,26%	0,05%	39,83%
Santo Antônio do Descoberto - GO	4,52%	24,58%	20,90%	7,16%	1,36%	0,20%	0,06%	41,22%
Valparaíso de Goiás - GO	2,05%	17,08%	23,33%	14,33%	4,66%	1,09%	0,22%	37,25%
Vila Boa - GO	7,75%	26,40%	18,60%	6,38%	1,05%	0,18%	0,11%	39,53%

Brasília - Brasília - Brasília - DF	0,31%	3,61%	8,19%	12,80%	18,89%	17,96%	10,63%	27,62%
Gama - Brasília - Brasília - DF	1,59%	15,72%	19,32%	15,27%	9,18%	2,67%	0,47%	35,77%
Taguatinga - Brasília - Brasília - DF	0,72%	9,80%	15,57%	17,42%	14,92%	7,32%	2,06%	32,18%
Brazlândia - Brasília - Brasília - DF	3,70%	20,48%	18,63%	10,88%	5,28%	1,21%	0,20%	39,61%
Sobradinho - Brasília - Brasília - DF	2,16%	15,74%	19,01%	13,33%	8,95%	3,99%	1,16%	35,66%
Planaltina - Brasília - Brasília - DF	3,29%	21,25%	20,91%	10,21%	4,38%	0,92%	0,14%	38,90%
Paranoá - Brasília - Brasília - DF	2,34%	20,71%	22,84%	9,63%	4,59%	2,99%	1,22%	35,69%
Riacho Fundo - Brasília - Brasília - DF	1,75%	14,91%	21,39%	16,55%	7,89%	1,75%	0,28%	35,48%
Núcleo Bandeirante - Brasília - Brasília - DF	0,70%	9,94%	14,98%	15,36%	13,32%	8,61%	5,58%	31,52%
Ceilândia - Brasília - Brasília - DF	2,15%	18,92%	24,19%	13,13%	4,49%	0,80%	0,11%	36,21%
Guará - Brasília - Brasília - DF	1,43%	12,67%	15,08%	15,98%	13,73%	6,34%	1,65%	33,12%
Cruzeiro - Brasília - Brasília - DF	0,56%	3,38%	7,91%	13,65%	20,39%	17,94%	10,34%	25,83%
Samambaia - Brasília - Brasília - DF	2,40%	18,39%	23,62%	12,98%	4,68%	0,83%	0,11%	36,99%
Candangolândia - Brasília - Brasília - DF	0,98%	13,10%	20,86%	17,17%	9,12%	2,97%	0,51%	35,28%
Recanto das Emas - Brasília - Brasília - DF	2,98%	19,75%	24,21%	11,00%	2,74%	0,42%	0,04%	38,86%
Lago Norte - Brasília - Brasília - DF	1,29%	8,57%	11,93%	10,04%	13,75%	14,76%	11,08%	28,57%
Lago Sul - Brasília - Brasília - DF	0,12%	2,59%	7,44%	8,33%	14,79%	18,14%	17,88%	30,71%
Santa Maria - Brasília - Brasília - DF	2,40%	19,34%	22,93%	11,20%	4,11%	0,95%	0,15%	38,93%
São Sebastião - Brasília - Brasília - DF	2,24%	16,70%	22,76%	10,22%	4,66%	2,91%	1,30%	39,20%

Fonte: IBGE-Censo Demográfico 2010. Elaboração própria com base na Tabela 3284 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo e as classes de rendimento nominal mensal, segundo a condição no domicílio e o compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio.

Em 2010, o valor do salário mínimo era R\$510,00 (quinhentos e dez reais), em torno de 3,4 vezes maior do que foi em 2000, a diferença que se nota é que a quantidade de famílias que vivem com até meio salário mínimo aumentou gradativamente^a, porém em 2000 ½

salário mínimo significava R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), e em 2010 ½ salário mínimo equivale a R\$252,00.

Ainda em relação a situação econômica em 2010, com exceção da cidade Corumbá de Goiás – GO, todas as outras cidades do Entorno e todas as RAs a maioria das famílias se declararam sem rendimento, ou seja, o número de famílias que vivem só de benefícios cresceu. Outra diferença é que nenhum lugar tem a maioria das famílias vivendo com mais de 20 salários mínimos. Nas RAs Brasília – DF, Cruzeiro – DF, a maioria das famílias vivem com 5 a 10 salários mínimos e Lago Norte – DF e Lago Sul – DF vivem com 10 a 20 salários mínimos.

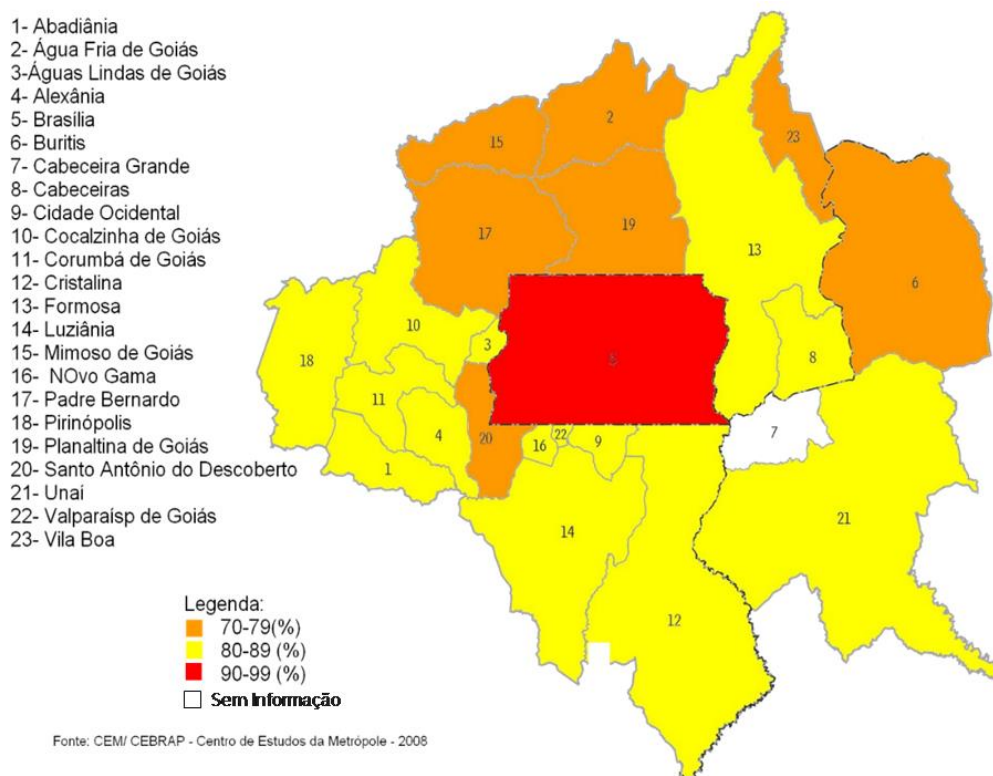
Outro fato que pode ser comprovado a partir desses dados é que no Brasil, no DF, a segregação se espacial é em função das diferenças econômicas de cada lugar, como afirmou Villaça (2007), ou seja, se dá de maneira voluntária. E acontece de duas maneiras, tanto no modelo de centro-periferia, onde o DF está no centro, mas também há proximidade física entre classe alta e classe baixa.

3.3. Taxa de alfabetização nos anos 2000 e 2010 no DF e Entorno

A seguir, serão apresentados mapas quanto ao número de pessoas alfabetizadas¹⁵, o PNE traz como objetivo a erradicação do analfabetismo e ainda que não seja a meta de análise do trabalho, ela pode dizer muito sobre a evasão escolar, já que ambas as metas estão diretamente ligadas. “A existência de crianças fora da escola e as taxas de analfabetismo estão estreitamente associadas. Trata-se, em ambos os casos, de problemas localizados, concentrando-se em bolsões de pobreza existentes nas periferias urbanas e nas áreas rurais.” (Brasil, 2001, p. 22).

¹⁵ Nos mapas 3 e 5 não constarão os dados referentes ao município de Cabeceira Grande – MG, porque segundo a resposta dada pelo IBGE o município não faz parte do RIDE e por isso não enviaram esses dados, porém o mesmo está na lista do RIDE.

Mapa 3- Pessoas de 5 anos ou mais de idade alfabetizadas no Entorno do DF em 2000



Fonte:

IBGE-Censo Demográfico 2000. Elaboração própria com base na Tabela 204 - População residente de 5 anos ou mais por alfabetização e grupos de idade.

Mapa 4- Pessoas de 5 anos ou mais de idade alfabetizadas no DF em 2000



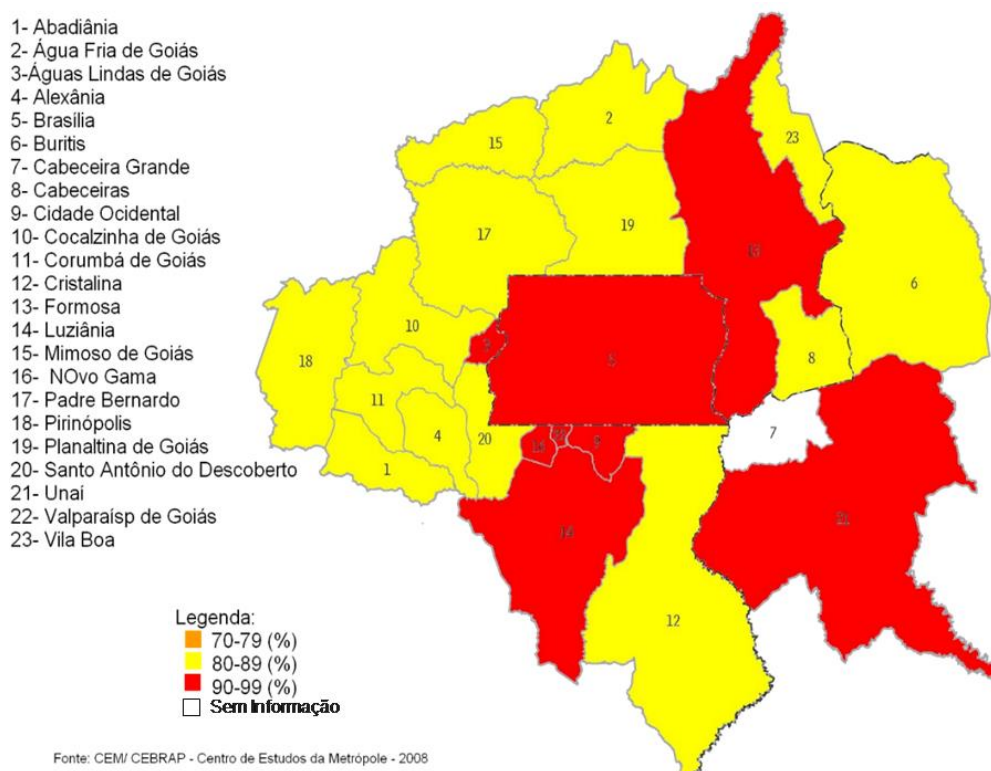
Fonte: IBGE-Censo Demográfico 2000. Elaboração própria com base na Tabela 204 - População residente de 5 anos ou mais por alfabetização e grupos de idade.

Com esses mapas podemos ver que em 2000 ainda havia lugares com uma porcentagem de alfabetizados crítica, mesmo que em nenhum dos lugares apresentados a taxa tenha sido menor do que 70%, ter 30% da população com a partir dos cinco anos analfabetas ainda é um número alto.

O DF em comparação com o Entorno se encontra em uma situação melhor, como um todo, mais de 90% da população a partir dos cinco anos, são alfabetizadas. Não há nenhum lugar com menos de 80% da população alfabetizada, enquanto no Entorno sete cidades tinham apenas 70% a 79% da população alfabetizada e nenhuma cidade com mais de 90%. No Entorno se encontra a menor taxa de alfabetizados, em Mimoso de Goiás – GO, apenas 71,71% da população era alfabetizada, enquanto no Lago Sul – DF a taxa de pessoas alfabetizadas é 97,76%.

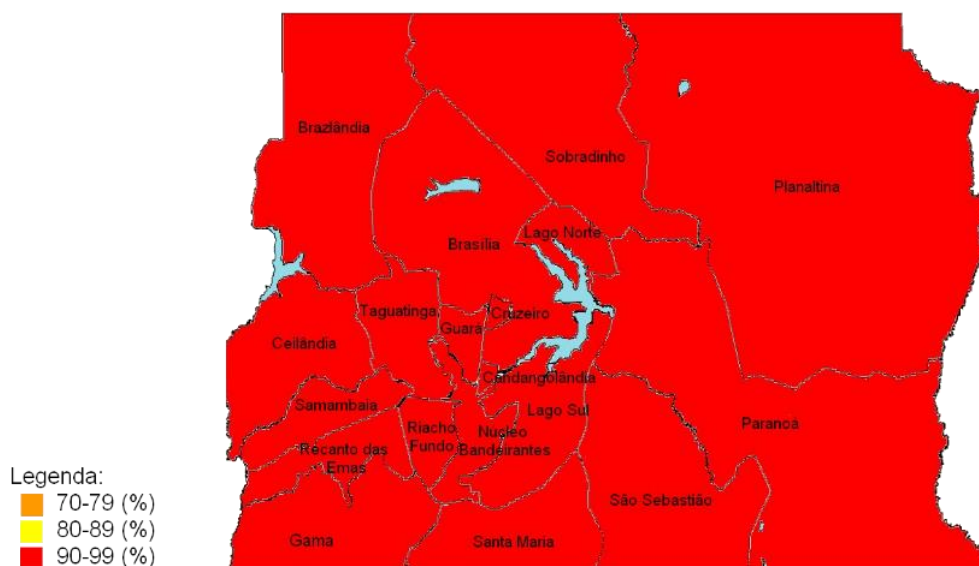
Esses dados comprovam, mais uma vez, as afirmações feitas por Duarte (2013), de que o fracasso escolar está associado a pobreza. As áreas mais pobres é onde tem as menores taxas de pessoas alfabetizadas, enquanto os lugares mais ricos essa taxa chega a quase 100%.

Mapa 5 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade alfabetizadas no Entorno do DF em 2010



Fonte: IBGE-Censo Demográfico 2010. Elaboração própria com base na Tabela 3213 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade alfabetizadas e Taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos ou mais de idade, por idade.

Mapa 6- Pessoas de 5 anos ou mais de idade alfabetizadas no DF em 2010



Fonte: IBGE-Censo Demográfico 2010. Elaboração própria com base na Tabela 3213 - Pessoas de 5 anos ou mais de idade alfabetizadas e Taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos ou mais de idade, por idade.

Em 2010, tanto o DF em cada uma das RAs, quanto em cada uma das cidades do Entorno, sem exceção, teve um acréscimo na taxa das pessoas alfabetizadas. No Entorno não há nenhum lugar com menos de 80% de pessoas alfabetizadas e no DF nenhum lugar com menos de 90%, mesmo aqueles que continuaram na faixa de porcentagem que estavam em 2000, ainda assim tiveram acréscimos.

Vila Boa – GO, foi o local onde teve a maior taxa de crescimento, cresceu 11,54%, Mimoso de Goiás – GO, que está entre as localidades de menor condição econômica e que tinha a menor porcentagem de pessoas alfabetizadas, teve um crescimento de 9,43%, mas continuou sendo o local com a menor porcentagem de pessoas alfabetizadas. A menor taxa de Crescimento foi no Lago Sul – DF, que cresceu apenas 0,95%, mas porque sua taxa já era muito alta e passou a ter 98,71% da população alfabetizada. Em 2010 o local com mais alfabetizados foi Brasília, com 98,75%.¹⁶

Esses resultados são bem positivos para o DF e Entorno e já adiantam que as taxa de evasão escolar provavelmente diminuiram nesses anos também. A meta era erradicação do analfabetismo, e não houve a erradicação 100%, mas tendo em vista que todas as taxas aumentaram, pode-se ter uma visão otimista para o futuro e para as metas do PNE.

3.4. Distribuições das escolas Públicas e Particulares no DF e Entorno

A partir de agora as informações serão referentes aos dados colhidos do INEP, em números gerais, temos que em 2001 o DF e Entorno contavam com 1810 escolas para atender

¹⁶ Esses dados constam numa tabela de elaboração própria com base nos dados do IBGE-Censo Demográfico 2000 na Tabela 204 e Censo Demográfico 2010 na Tabela 3213.

a Educação Básica, e tinham 997886 matrículas distribuídas nessas escolas. Em 2010 havia 1927 escolas, 117 escolas a mais, porém o número de matrículas caiu para 989758. Essa distribuição se deu da seguinte maneira:

Tabela 5- Distribuição das escolas da Rede Pública e Rede Particular e a Quantidade de pessoas matriculadas no DF e Entorno no ano 2001.

Cidade	Número de Escolas			Número de Matrículas		
	Pública	Particular	Total	Pública	Particular	Total
Burititis – MG	24	3	27	6818	512	7330
Cabeceira Grande – MG	4	2	6	1956	183	2139
Unaí – MG	55	5	60	19391	2105	21496
Abadiânia – GO	20	3	23	3198	693	3891
Agua Fria De Goiás – GO	15	0	15	1305	0	1305
Aguas Lindas De Goiás – GO	41	12	53	28187	1686	29873
Alexânia – GO	27	3	30	5537	518	6055
Cabeceiras – GO	12	1	13	2224	41	2265
Cidade Ocidental – GO	13	12	25	12659	1974	14633
Cocalzinho De Goiás – GO	18	3	21	4559	336	4895
Corumbá De Goiás – GO	28	1	29	2516	124	2640
Cristalina – GO	34	9	43	10898	2163	13061
Formosa – GO	86	17	103	23733	4664	28397
Luziânia – GO	69	23	92	40275	3884	44159
Mimoso De Goiás – GO	17	0	17	863	0	863
Novo Gama – GO	28	10	38	20248	1201	21449
Padre Bernardo – GO	23	1	24	6599	153	6752
Pirenópolis – GO	49	0	49	6103	0	6103
Planaltina – GO	43	6	49	22810	1885	24695
Santo Antônio Do Descoberto – GO	33	6	39	17458	1220	18678
Valparaíso De Goiás – GO	33	25	58	26286	7345	33631
Vila Boa – GO	6	0	6	1330	0	1330
Brasília – Brasília – DF	94	92	186	50658	49256	99914
Gama – Brasília – DF	48	22	70	48157	6828	54985
Taguatinga – Brasília – DF	60	70	130	62164	31501	93665
Brazlândia – Brasília – DF	26	5	31	19234	1674	20908
Sobradinho – Brasília – DF	37	26	63	33485	7380	40865
Planaltina – Brasília – DF	63	12	75	48335	3246	51581
Paranoá – Brasília – DF	26	4	30	18856	956	19812
Riacho Fundo – Brasília – DF	11	4	15	10638	657	11295
Núcleo Bandeirante – Brasília – DF	9	10	19	8817	2900	11717
Ceilândia – Brasília – DF	89	47	136	94804	12475	107279
Guara	22	33	55	18752	9490	28242
Cruzeiro	9	11	20	8774	4640	13414
Samambaia	39	21	60	45713	3907	49620
Candangolândia – Brasília – DF	4	2	6	4088	127	4215

Recanto Das Emas – Brasília – DF	17	5	22	27030	1053	28083
Lago Norte – Brasília – DF	5	4	9	3573	1153	4726
Lago Sul – Brasília – DF	5	13	18	3108	5722	8830
Santa Maria – Brasília – DF	21	5	26	33656	767	34423
São Sebastião – Brasília – DF	14	5	19	17573	1099	18672
Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI. Elaboração própria com base na tabela: Número de Matrículas na Educação Básica - Distrito Federal e Entorno, em 2001.						

Tabela 6- Distribuição das escolas da Rede Pública e Rede Particular e a Quantidade de pessoas matriculadas no DF e Entorno no ano 2010.¹⁷

Cidade	Número de Escolas			Número de Matrículas		
	Pública	Particular	Total	Público	Particular	Total
Buritit – MG	24	4	28	5991	418	6409
Cabeceira Grande – MG	7	0	7	2095	0	2095
Unaí – MG	39	8	47	17783	3148	20931
Abadiânia – GO	13	3	16	3012	490	3502
Agua Fria De Goiás – GO	12	0	12	1301	0	1301
Aguas Lindas De Goiás – GO	57	32	89	36379	4720	41099
Alexânia – GO	23	4	27	6007	597	6604
Cabeceiras – GO	10	1	11	1979	38	2017
Cidade Ocidental – GO	19	12	31	12896	1855	14751
Cocalzinho De Goiás – GO	13	2	15	4589	196	4785
Corumbá De Goiás – GO	14	2	16	1924	149	2073
Cristalina – GO	27	7	34	11171	1994	13165
Formosa – GO	65	14	79	21435	4761	26196
Luziânia – GO	84	23	107	44523	5030	49553
Mimoso De Goiás – GO	10	0	10	700	0	700
Novo Gama – GO	39	15	54	20495	2618	23113
Padre Bernardo – GO	28	2	30	7508	209	7717
Pirenópolis – GO	26	0	26	5653	0	5653
Planaltina – GO	53	8	61	23193	1417	24610
Santo Antônio Do Descoberto – GO	38	8	46	17062	1623	18685
Valparaíso De Goiás – GO	43	26	69	26415	7770	34185
Vila Boa – GO	6	0	6	1373	0	1373
Aguas Claras – Brasília – DF	4	13	17	4125	7730	11855
Brasília – Brasília – DF	81	93	174	36208	50284	86492
Brazlândia – Brasília – DF	27	6	33	17452	1418	18870

¹⁷ Ao utilizar os dados do INEP, aparecerão a cidade de Cabeceira Grande- MG e algumas RAs, que não apareceram anteriormente porque o IBGE mandou as informações que poderiam ser comparadas entre os dois anos de dados disponibilizados, como foi dito na metodologia, ao passar dos anos a demografia do DF foi sendo transformada. Aqui não convém unir os dados por alguns motivos, primeiro porque algumas dessas novas RAs foram formadas em um espaço entre um ou mais território, por exemplo, Águas Claras, que foi formada em territórios correspondente a Taguatinga e Núcleo Bandeirantes, diferente de Sobradinho que foi dividido em Sobradinho e Sobradinho II e se juntassem certamente os dados não seriam fidedignos.

Candangolândia – Brasília – DF	4	3	7	3159	218	3377
Ceilândia – Brasília – DF	93	54	147	90355	17039	107394
Cruzeiro – Brasília – DF	8	11	19	4878	1825	6703
Gama – Brasília – DF	47	21	68	36663	9922	46585
Guara – Brasília – DF	19	32	51	13320	8556	21876
Itapoã – Brasília – DF	3	0	3	3800	0	3800
Jardim Botânico – Brasília – DF	1	0	1	484	0	484
Lago Norte – Brasília – DF	4	5	9	2262	1401	3663
Lago Sul – Brasília – DF	4	15	19	2060	5250	7310
Núcleo Bandeirante – Brasília – DF	8	9	17	5621	2666	8287
Paranoá – Brasília – DF	26	7	33	18415	2162	20577
Park Way – Brasília – DF	1	1	2	588	321	909
Planaltina – Brasília – DF	67	13	80	47499	4353	51852
Recanto Das Emas – Brasília – DF	25	15	40	29259	3531	32790
Riacho Fundo – Brasília – DF	7	10	17	6104	2624	8728
Riacho Fundo II – Brasília – DF	10	5	15	8082	1301	9383
SIA – Brasília – DF	1	0	1	149	0	149
Samambaia – Brasília – DF	39	30	69	40169	8233	48402
Santa Maria – Brasília – DF	27	13	40	28900	4322	33222
São Sebastião – Brasília – DF	22	8	30	20569	1471	22040
SCIA – Brasília – DF	4	0	4	5317	0	5317
Sobradinho – Brasília – DF	36	25	61	22098	8204	30302
Sobradinho II – Brasília – DF	7	6	13	7883	1137	9020
Sudoeste/Octogonal – Brasília – DF	1	3	4	228	3084	3312
Taguatinga – Brasília – DF	55	67	122	41913	30579	72492
Varjão – Brasília – DF	1	1	2	967	198	1165
Vicente Pires – Brasília – DF	2	6	8	1050	1835	2885
Fonte:MEC/INEP/DEED/CSI. Elaboração própria com base na tabela: Número de Matrículas na Educação Básica - Distrito Federal e Entorno, em 2010.						

A partir das tabelas 5 e 6 pode-se fazer algumas observações, já se sabe que o número da população em idade escolar diminuiu de um ano para o outro, o que justifica o número de matrículas ter caído, e o número de escolas terem aumentado, supõe-se que a oferta aumentou. Em todos os lugares que o número de escolas diminui ou aumentou de maneira considerável são locais em que a população de pessoas em idade escolar diminuiu. Quanto a essa informação chama-se atenção para as cidades: Luziânia – GO, Novo Gama – GO, Valparaíso de Goiás – GO e para as RAs: Recanto das Emas – DF, Samambaia – DF, Santa Maria – DF e São Sebastião – DF, foi nesses locais que o número de escolas subiu, tanto as escolas da rede pública, quanto as da rede particular. No caso de Samambaia – DF, foi a rede particular que chamou atenção na quantidade de escolas a mais, e o número de matrículas praticamente dobrou nessa rede.

Outra observação a ser feita é quanto ao aumento de matrículas na rede particular, os locais onde as famílias passaram a viver com um a dois salários mínimos foi onde essas matrículas aumentaram, como é o caso do Recanto das Emas – DF, Samambaia – DF, Santa Maria – DF e São Sebastião – DF.

Foi falado dos lugares onde o número de escola subiu, porém há também os locais onde o número diminuiu são eles: Corumbá – GO, Formosa – GO, Mimoso de Goiás – GO, Pirenópolis – GO e Brasília – DF, nesses locais o número de escolas públicas diminuíram e o que é preocupante, porque exceto Brasília, os demais locais a maioria das famílias vivem com uma renda de até um salário mínimo.

Uma outra comparação a ser feita é quanto a tabela 6 e a tabela 2, que fala a respeito da população em idade escolar, como uma foi feita com os dados do IBGE e a outra com dados do INEP e ambas instituições usam metodologias diferentes¹⁸ não é possível fazer uma correlação direta entre elas. Mas ainda assim dá para ter uma ideia que mesmo tendo uma oferta maior, há muitas pessoas em idade escolar fora da escola, uma conclusão otimista é que essa diferença se dá porque o número de repetências diminuiu e as pessoas cumpriram os anos escolar na idade desejável de 17/18 anos. E a conclusão realista é que acesso escolar não significa permanência, o que leva a crer que o número é alto porque o índice de abandono é alto. Ainda que de fato tenha ocorrido a conclusão otimista, vale lembrar o que foi dito por Spozatti (2000), entende-se que fracasso não é antônimo de sucesso e sim de “não-fracasso”, ou seja, todos podem ter concluído na idade desejada, mas não se sabe em que condições concluíram.

A maior mudança que aconteceu nas matrículas¹⁹ nesses anos foi na Educação Infantil, o número de matrículas dobrou de quantidade, isso acontece porque pela necessidade de pais e mães que trabalham fora. Também porque, segundo o PNE 2001-2010, a ciência tem argumentado que auxilia no processo de desenvolvimento da criança, já que a inteligência se forma a partir do nascimento, os estímulos de uma educação adiantada exercem influência sobre a inteligência mais do que qualquer época da vida (Brasil, 2001). Segundo a LDB a inserção da criança nesta etapa da educação não é obrigatória, mas é obrigação ser ofertada. E a única etapa que apresentou queda nas matrículas foi o Ensino Médio.

¹⁸ Informação passada pelo mesmo contato que forneceu os dados do INEP.

¹⁹ Fonte: MEC/INEP/DEED/CSI. Tabelas Número de Matrículas na Educação Básica - Distrito Federal e Entorno, em 2001 e em 2010.

3.5. Taxa de reprovações no Ensino Fundamental e Ensino Médio

Um dos fatores que contribuem muito para o abandono escolar são as reprovações. Há um número muito alto de matrículas no Ensino Fundamental por conta das reprovações, e mantem as crianças por um período longo e exaustivo nessa etapa escolar, o que os leva a desistir de dar continuidade nos estudos. (Brasil, 2001)

Tabela 7– Taxa de Reprovação no Ensino Fundamental e Ensino Médio do DF e Entorno em 2001 e 2010

Município	Rede	Ensino Fundamental 2001	Ensino Fundamental 2010	Ensino Médio 2001	Ensino Médio 2010
Buritis – MG	Particular	0,0	3,1	2,5	0
	Público	8,3	9,6	4,2	4,7
	Total	8,0	9,3	4,1	4,6
Cabeceira Grande – MG	Público	12,5	14,9	6,0	14,4
	Total	12,5	14,9	6,0	14,4
Unaí – MG	Particular	1,7	1,3	5,7	12,6
	Público	3,6	6,8	6,8	13,1
	Total	3,4	6,2	6,7	13
Abadiânia – GO	Particular	6,8	0,8	13,7	2,6
	Público	10,0	10,5	3,3	6,5
	Total	9,7	9,9	7,7	5,5
Água Fria De Goiás – GO	Particular	--	10,3	--	--
	Público	9,6	13,6	1,7	8,2
	Total	9,6	13,6	1,7	8,2
Águas Lindas De Goiás – GO	Particular	2,3	3,7	0,0	10,7
	Público	14,9	16	5,4	14,3
	Total	14,6	14,7	5,3	14,1
Alexânia – GO	Particular	3,1	1,3	4,0	0
	Público	14,5	12,6	11,0	14,5
	Total	13,7	11,4	10,7	14,1
Cabeceiras – GO	Particular	0,0	0	--	--
	Público	6,8	8,5	2,6	10
	Total	6,7	8,4	2,6	10
Cidade Ocidental – GO	Particular	1,4	4,4	1,9	7,4
	Público	9,6	12,3	1,8	6,8
	Total	8,9	11,3	1,8	6,8
Cocalzinho De Goiás – GO	Particular	17,6	9,1	--	--
	Público	8,7	14,5	8,2	6,5
	Total	9,2	14,2	8,2	6,5
	Particular	1,5	9	--	--

Corumbá De Goiás – GO	Publico	3,3	8	2,7	6
	Total	3,2	8,1	2,7	6
Cristalina – GO	Particular	2,1	1	0,0	6,8
	Publico	7,0	10,9	1,9	9,7
	Total	6,5	10,5	1,8	9,5
Formosa – GO	Particular	1,6	2,3	3,3	7,4
	Publico	10,7	6,8	3,9	13,5
	Total	9,6	6	3,8	12,4
Luziânia – GO	Particular	4,8	3,8	8,3	5,8
	Publico	13,5	14	7,5	11
	Total	13,0	13,1	7,5	10,8
Mimoso De Goiás – GO	Particular	--	11,5	--	1,7
	Publico	7,6	11,5	1,2	1,7
	Total	7,6	12,2	1,2	1,7
Novo Gama – GO	Particular	1,3	2,7	--	5
	Publico	18,5	16,6	6,1	12,9
	Total	17,9	15,4	6,1	12,6
Padre Bernardo – GO	Publico	13,2	20,1	6,1	14,4
	Total	13,2	20,1	6,1	14,4
Pirenópolis – GO	Publico	6,1	7,8	1,7	10
	Total	6,1	7,8	1,7	10
Planaltina – GO	Particular	0,9	2,2	2,1	4,2
	Publico	14,7	16,5	3,5	12,9
	Total	14,2	15,7	3,4	12,5
Santo Antônio Do Descoberto – GO	Particular	2,1	3,9	0,0	13,6
	Publico	13,5	16,9	2,0	14,3
	Total	12,9	15,8	1,9	14,3
Valparaíso De Goiás – GO	Particular	2,8	4,3	8,5	3,9
	Publico	13,6	13,6	6,0	11,3
	Total	11,7	11,5	6,3	9,9
Vila Boa – GO	Publico	15,6	10,4	0,7	0
	Total	15,6	10,4	0,7	0
Brasília – DF	Particular	2,9	3	6,5	7,6
	Publico	17,9	12,4	16,4	22,2
	Total	15,2	10,1	14,7	18,6

Fonte: MEC/INEP/DEED. Elaboração Própria segundo a tabela: Taxas de Rendimento por município – 2001 e 2010.

Esta tabela não apresenta uma perspectiva positiva referente reprovação. Essa taxa não apenas continuou alta, como também subiu em alguns lugares. Mesmo que os índices sejam

proporcionais ao número de matrículas no determinado ano, e já se viu que o número de matrículas diminuiu de 2001 para 2010, ainda assim os números de reprovações continuam altos.

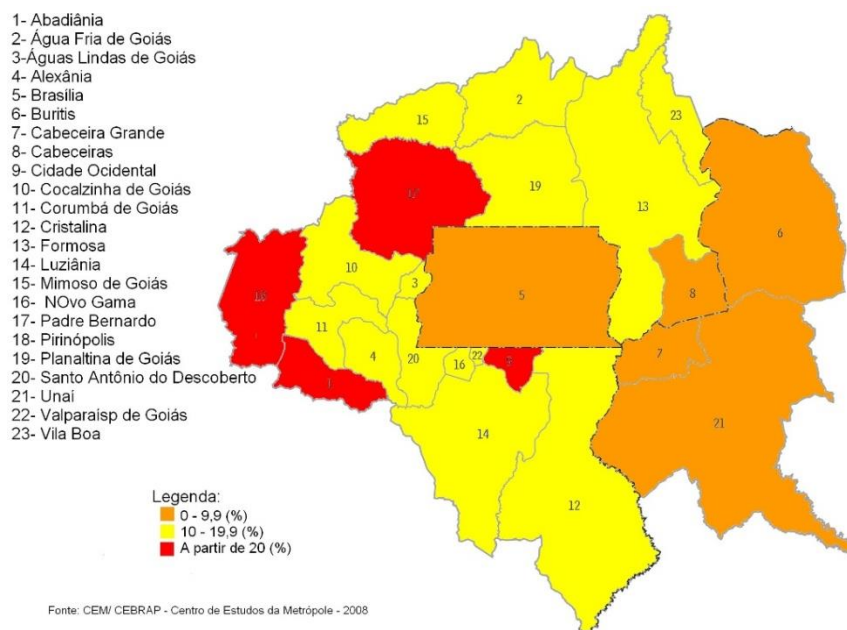
Outra coisa que se nota é que em 2001 a taxa de reprovação era bem mais alta no Ensino Fundamental, enquanto em 2010 ela aumenta gradativamente no Ensino Médio, ou seja, pode ser que muitos tenham conseguido deixar o Ensino Fundamental e passado para o Médio, porém agora é um novo desafio.

Uma das razões para se investir na Educação Infantil é para estimular inteligência em potencial desde cedo. Como já foi visto, as matrículas aumentaram nessa etapa da educação, supostamente, com a inteligência estimulada, as reprovações deveriam diminuir, isso faz pensar que essa taxa tem outros fatores causadores além do estímulo dado as potencialidades.

3.6. Mapa da Evasão Escolar no DF e Entorno

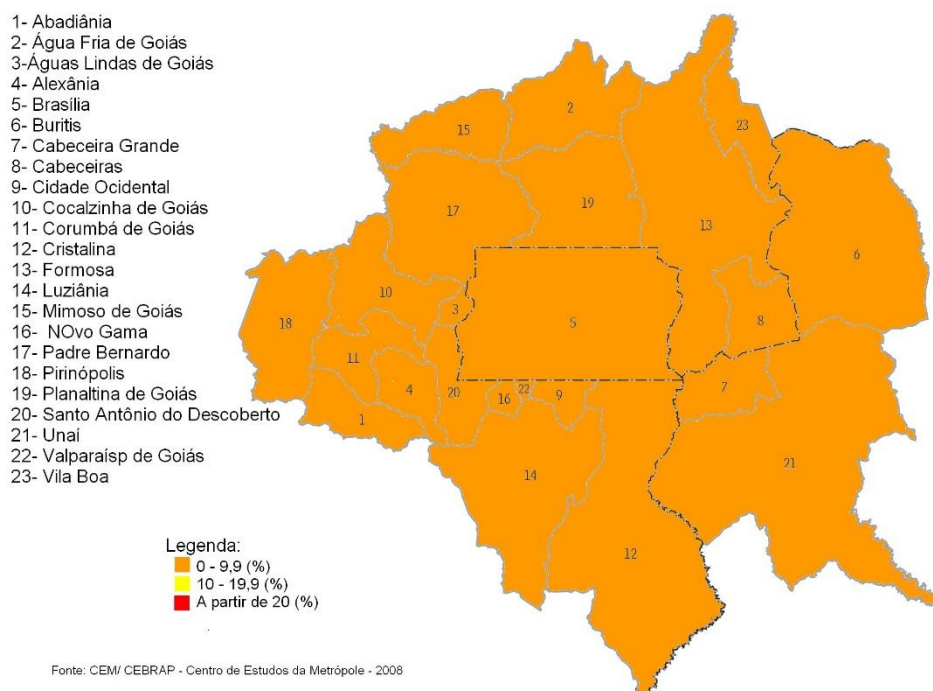
Por fim, a seguir, serão mostrados os mapas da Evasão Escolar referente ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio do DF e Entorno nos anos de 2001 e 2010. Os dados quanto a Evasão, diferente dos demais não são contabilizados por cada RA do DF, e sim do DF como um todo sendo Brasília, é calculado a taxa de rendimento, nessa taxa contabiliza-se a taxa de aprovação, taxa de reprovação e a taxa de abandono.

Mapa 7- Mapa da Evasão Escolar do Ensino Fundamental do DF e Entorno em 2001.



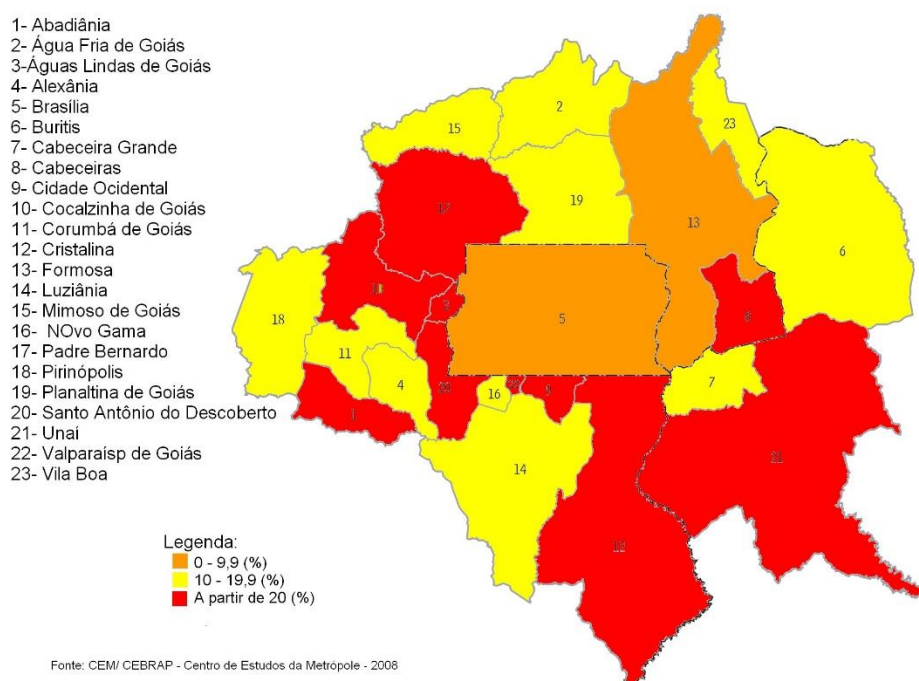
Fonte: MEC/INEP/DEED. Elaboração Própria segundo a tabela: Taxas de Rendimento por município – 2001

Mapa 8- Mapa da Evasão Escolar do Ensino Fundamental do DF e Entorno em 2010.



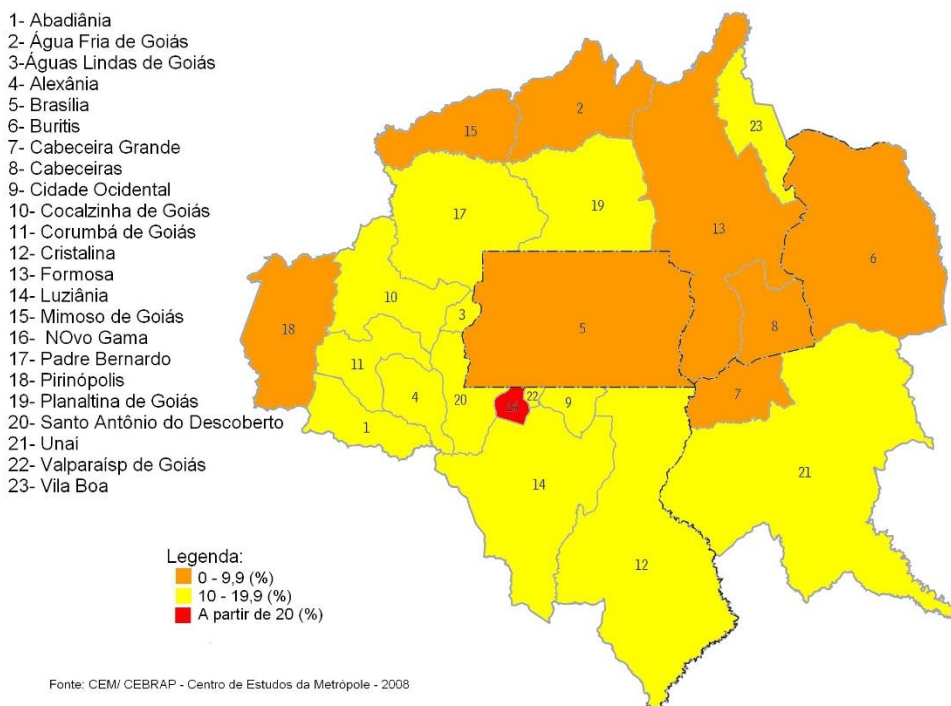
Fonte: MEC/INEP/DEED. Elaboração Própria segundo a tabela: Taxas de Rendimento por município – 2010.

Mapa 9- Mapa da Evasão Escolar do Ensino Médio do DF e Entorno em 2001.



Fonte: MEC/INEP/DEED. Elaboração Própria segundo a tabela: Taxas de Rendimento por município – 2001.

Mapa 10- Mapa da Evasão Escolar do Ensino Médio do DF e Entorno em 2010.



Fonte: MEC/INEP/DEED. Elaboração Própria segundo a tabela: Taxas de Rendimento por município – 2010.

Os dois primeiros mapas apresentados são alusivos à evasão escolar no Ensino Fundamental. O primeiro apresentado é o do ano de 2001, dos locais apresentados, apenas cinco deles tinha a evasão escolar com a taxa menor que 10%. Um fato curioso é que de três cidade de MG que compõem o Entorno do DF, duas delas se enquadram nas cidades com menos evasão. Cidades com o índice de evasão entre 10 e 19,9%, e de 20% em diante ficam balanceadas, é um caso preocupante ter tantos locais com mais de 20% de Evasão. Abadiânia – GO, foi a que apresentou a maior taxa chegando a 29% na taxa de alunos evadidos²⁰.

O mapa que apresentou as informações indicativas do ano 2010, trouxe resultados extremamente positivos, nenhum lugar mostrou a taxa de evasão maior que 10% no ano de 2010, Abadiânia – GO que apresentou a maior taxa, nesses anos reduziu a 3,8%. Em relação ao Ensino Fundamental pode-se dizer que a meta foi alcançada.

Já em relação aos mapas 9 e 10, a taxa é sobre a Evasão do Ensino Médio, as taxas de maneira geral são mais altas do que as do Ensino Fundamental. Em 2001, o cenário que tem-se é crítico, já que apenas duas cidades tem as taxas menores que 10%. A Cidade Ocidental tem 42,3% de evasões, ou seja, quase 50% dos alunos do Ensino Médio abandonaram as escolas no nesse ano.

²⁰Fonte: MEC/INEP/DEED: Taxas de Rendimento por município – 2001.

Diferente do caso do Ensino Fundamental, o Ensino Médio não tem uma evolução tão positiva, mas tem um quadro melhor do que era em 2001. Apenas uma cidade continua com as taxas bem altas, no Novo Gama – GO, a taxa foi de 30%. O que se vê de mais positivo é que o número de cidades com menos de 10% de evasão cresceu, passando de duas para oito. A meta não foi 100% alcançada, mas é bom ver que o trabalho para que isso aconteça está gerando resultados favoráveis, assim durante essa década que o novo PNE está sendo implementado, os resultados deverão ser mais satisfatórios.

São nas escolas da rede pública que aparecem os altos números de evasão. Em algumas cidades, não houve casos de abandono nas escolas da rede particular²¹, o que comprova que há muita diferença entre ambas e que na pública tem faltado motivações e uma corresponsabilidade entre Estado, família e sociedade para mudar esse quadro. A taxa de evasão, no todo, já diminuiu, agora falta ver as particularidades dela.

Mesmo que a taxa de reprovação não tenha sido um ponto positivo, é interessante ver que ainda assim a taxa de evasão diminuiu, já que as reprovações eram consideradas uma das principais causas do abandono.

Vale ressaltar que essas taxas são referentes ao número de pessoas matriculadas nos anos de 2001 e 2010, logo fora a taxa que conta de pessoas fora da escola, tem também aquelas que nem chegaram a se matricular, por isso, ainda que o cenário tenha mudado e tenha uma conotação bem mais positiva, não quer dizer que o problema já está solucionado e já não há mais necessidade de trabalhar em políticas sociais nessas áreas.

²¹ Fonte: MEC/INEP/DEED: Taxas de Rendimento por município – 2001 e 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao fim deste estudo, “Mapa e Análise Sócio Espacial da Evasão Escolar No Distrito Federal e Entorno”, pode-se concluir que alcançou o resultado esperado. As questões foram respondidas, as hipóteses confirmadas e os objetivos atingido. Para isso um longo caminho foi percorrido desde a escolha e a análise da bibliografia utilizada no referencial teórico até a coleta e análise dos dados para poder chegar ao resultado final.

Durante a elaboração do projeto deste TCC foram colocados os objetivos geral e específico, o objetivo geral era conhecer as particularidades educacionais de cada localidade do DF e Entorno. Analisar a evasão escolar no Entorno e DF segundo a categoria de segregação sócio espacial, esse objetivo, de modo geral, foi alcançado, ao conhecer a realidade sócio econômica, a densidade demográfica, a quantidade de escolas e matrículas e a taxa de alfabetização, deu-se a oportunidade de conhecer as particularidades educacionais, mas de uma maneira não tão profunda, ainda há possibilidade de conhecer mais sobre essas particularidades. Porém analisar a evasão foi alcançado da maneira esperada, de fato pode-se notar que a segregação sócio-espacial no DF é evidente e que isso faz diferença em relação a evasão dos diversos locais.

Quanto aos objetivos específicos: fazer uma análise do PNE e mapear esses resultados, ambos foram alcançados, mesmo que no Brasil, como um todo, o PNE não tenha tido um resultado positivo no alcance das metas, no DF. A meta proposta para análise sobre a evasão escolar, teve um resultado favorável ao PNE, não que a evasão tenha deixado de existir, ainda é uma realidade, mas houve uma queda. E tendo feito essa análise a partir dos dados levantados pode-se fazer o mapeamento desses resultados.

Muito pôde-se se aprender a respeito da Educação Básica, da história da educação no Brasil, dos direitos à educação, da segregação sócio-espacial, do fracasso escolar e de como isso se dá na realidade do DF e Entorno.

A princípio foram levantadas as seguintes hipóteses: primeiro que haveria uma diferença quanto à evasão escolas do Entorno, as das Regiões Administrativas e do Plano Piloto (Brasília), porque nas áreas periféricas as escolas não são tão estruturadas como as do Plano Piloto, porque estas atendem estudantes mais elitizados. Essa hipótese foi confirmada, há sim uma diferença das RAs para Brasília em relação ao número de evasões, como também há diferença quanto a evasão das cidades do Entorno. Porém, essa diferença não se dá pelo fato de atender pessoas elitizadas ou não, pelo menos não de maneira direta. Um dos motivos da evasão escolar é a necessidade de entrar no mercado de trabalho precocemente, devido às baixas condições econômicas e necessidade de ajudar nas despesas domiciliares, mas não é

esse motivo que faz a escola ser ou não um lugar atrativo que motive seus alunos a não abandonarem seus estudos.

A segunda hipótese, a respeito da diferença econômica entre os alunos das escolas públicas de Brasília, não pode ser confirmada com exatidão, já que não foi traçado o perfil dos alunos das escolas em cada localidade. Foi traçado o perfil geral, ou seja, a renda predominante das famílias, taxa de pessoas alfabetizadas, mas não foi levantado o perfil de alguma escola de Brasília para ter certeza, mas como o aluno pode ser matriculado no local próximo ao trabalho dos pais. Como Spozatti (2000) indica que essas escolas são procuradas pelos familiares dos empregados que trabalham na proximidade, é possível afirmar que há diferença sim, mas que não deve ser tão evidente já que muitos dos moradores dessas áreas estudam em escolas particulares.

E a terceira hipótese, como já foi dito, se confirma, porquê de fato a necessidade de trabalhar tira as crianças e jovens da escola, inclusive esse é um dos apontamentos feito pelo PNE.

Na pesquisa foi possível abordar temas que constituíam lacunas na bibliografia localizada, e também alencar outras. Assim, os resultados atingidos permitem orientar outras pesquisas que tratem sobre o tema da educação e da evasão.

Viu-se necessidade de continuar estudando as Metas do PNE, por exemplo, uma delas era fazer um exame unificado. Essa meta foi implementada e hoje acontece uma vez por ano Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mas será que todas as escolas do Ensino Médio de todo o Brasil, ou até mesmo do DF e Entorno estão igualmente niveladas para que uma prova unificada seja uma avaliação justa?

Outro ponto de possível estudos futuros é ver quais metas foram menos alcançadas e entender quais foram as barreiras que impediram que fossem colocadas em prática. Como aconteceu no caso das taxas de reprovação, as taxas não diminuíram, como proposta pela meta, mas ainda assim o número de abandono diminuiu, qual será a relação que há entre elas?

Conhecer ao certo qual é a taxa da população matriculada e quais são as condições de estudo dessas pessoas, citando novamente Spozatti (2000), que acentua que fracasso não é antônimo de sucesso no caso da educação, e saber o que falta para que ao invés de ter “não-fracassos” na educação, tenha sucesso. Enfim, ainda há muito que se estudar a respeito desse tema.

Além do Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino médio, faz parte da Educação Básica, segundo o INEP, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e

Educação Especial, neste trabalho as três últimas categorias não foram abordadas, essa também seria outra proposta para um novo estudo.

Ainda poderia se estudar as particularidades da evasão, como já foi dito no referencial teórico, e foi comprovada na análise de dados, a taxa de abandono escolar é muito acentuada nas escolas públicas, enquanto nas particulares é bem baixa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIL, Grupo. *Duelo: Escola pública x Escola particular*. Disponível em:

< <http://www.abril.com.br/noticias/duelo-escolas-publica-privada/> >. Acesso em: 02 dez. 2014.

BACHELARD, Gaston. DOMINIQUE, Lecourt. *Epistemologia*. Barcelona: Anagrama, 1973.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BONAMIGO, Carlos Antônio. CORREA, Carla Maria Aparecida. FAENELLO, Daniele. RAHIER, Dhiandra Leicy. NEPOMUCENO, Felipe. KUNZ Marina. *História Da Educação Básica Brasileira: Uma Avaliação Do Plano Nacional De Educação PNE 2001-2010*. Paraná, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Cortez, 1990.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. 2001.

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde (CNS) Resolução n. 466, 2013

BRASIL. Ministério da Educação. Censo Escolar. Levantamento realizado pelo INEP. – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2010, Distrito Federal.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Evolução do Salário Mínimo - Legislação 1940 - 2014*. Brasília, 2014. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/sal_min/salario-minimo.htm> Acesso em: 23.abril.2015.

BUENO, Silveira. Dicionário da língua portuguesa. S. Paulo: FTD, 2000.

CAIADO, Maria Célia Silva. Estruturação intra-urbana na região do Distrito Federal e entorno: a mobilidade e segregação socioespacial da população. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v.22, n.1, p. 55-88, jan./jun.2005.

CALDEIRA, Teresa Pires. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp. 2000.

CINTRA, Talita Teobaldo. *A implantação da Política de assistência social no Distrito Federal: Mapeamento e análise da rede de proteção social especial de alta complexidade na dinâmica Socioespacial*. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, defendida no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social*. Brasília, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

COSTA, Márcio da. *Criar o público não-estatal ou tornar público o estatal? dilemas da educação em meio à crise do Estado*. Rev. Bras. Educ. 2001, n.18, pp. 41-51. ISSN 1413-2478.

COSTA, Valéria Grace; LOPES, Márcio Alves. *Segregação e periferização em cidades planejadas - o caso de Brasília*. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. Por uma Geografia Latino-Americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *A Educação Básica como Direito*. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), v. 38, p. 293-303, 2008.

DUARTE, Natalia S. *Uma Crítica da Relação entre educação e pobreza*. In: YANNOULAS, Silvia Cristina. (Org.). *Política Educacional e Pobreza: Estudo em escolas públicas que atendem a população em situação de pobreza*. 1ed. Brasília: Liber Livro, 2013, v. 1, Cap. 2 p. 67-86.

_____. *Política Social: um estudo sobre Educação e Pobreza*. Tese de Doutorado em Política Social, defendida no Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, 2012.

GUNTHER, Hartmut. *Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?* Psic.: Teor. e Pesq. [online]. 2006, vol.22, n.2, pp. 201-209. ISSN 0102-3772.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez, 1983.

IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em : <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/srmpibmunicipios.pdf>>

IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/>>.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <[HTTP://www.censo2010.ibge.gov.br](http://www.censo2010.ibge.gov.br)>.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Celia Tamasso. *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: na pesquisa bibliográfica*. Revista Katalysis, v. 10, p. 37-45, 2007.

MARCUSE, Peter. *Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado*. In: Espaço e Debates. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, jan./jul. 2004, pp. 24-33.

MELO, et all. *O setor de Serviços no Brasil: Uma visão Global – 1985/95*. Rio de Janeiro, março de 1998. (IPEA, Texto para discussão nº 549). Disponível em <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0549.pdf> Acesso em 01.jul.2015.

NEGRI, Silvio Moisés. *Segregação Sócio-Espacial: alguns conceitos e análises*. Coletâneas do Nosso Tempo, v. 07, p. 129-153, 2008.

OLIVEIRA, Raimundo Portela de. *Educação Pública e Privada na Constituição Federal de 1988*. In: ADRIÃO, Theresa . Peroni, Vera. (Org.) O Público e o Privado na Educação. São Paulo: Xama, 2005, v. 1 P. 155-166.

OLIVEIRA, Talita S. *Mulheres na Construção: Uma alternativa para as mulheres do Distrito Federal e Entorno?* Dissertação de Mestrado em Política Social. Tese de Mestrado em Política Social, defendida no Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

PATTO, Maria Helena Souza. *A Produção Do Fracasso Escolar: Histórias de Submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

Petrini, João Carlos. Pós-modernidade e família. Bauru: Ed. Edusc, 2003. V. 1, p. 228

QADEER, Mohammad A. Segregação étnica em uma cidade multicultural, Toronto, Canadá. In: Espaço e Debates. São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, jan./jul. 2004, p. 34 – 46

QUEIROZ, Lucileide Domingos. *Um Estudo Sobre a Evasão Escolar: Para se Pensar a Inclusão Social*. 25ª Reunião anual da Anped, Caxambu, v. 1, n.1, p. 01-01, 2002.

Secretaria de Estado e da Cultura do Distrito Federal Disponível em:

< <http://www.cultura.df.gov.br/historia-de-brasilia.html> >. Acesso em: 30 nov. 2014.

SEPLAN- Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento. Disponível em:

<<http://www.seplan.df.gov.br/o-df-em-numeros/organizacao-politica.html>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

SOARES, Kelma Jaqueline. *Tensões e Desafios no Espaço Escolar: Particularidades do Distrito Federal*. IN: YANNOULAS, Silvia Cristina(Org.). Política Educacional e Pobreza: Estudo em escolas públicas que atendem a população em situação de pobreza. 1ed.Brasília: Liber Livro, 2013, v. 1. Cap. 3, p. 87-109.

SPOZATTI, Adaíza. *Exclusão e Fracasso Escolar- O que pensam outros profissionais? Em Aberto*, V.14, n.1,2011, p. 104-115.

SUDECO- *Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste*. Disponível em:

< <http://www.sudeco.gov.br> >. Acesso em: 30 nov. 2014.

TEDis- Trabalho, Educação e Discriminação. Disponível em: < <http://tedis.unb.br/>>. Acesso em: 01.jul.2015.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração*. In: Revista Cidades. v. 1, n. 2, 2004, pp. 259-274.

VILLAÇA, Flávio. *A segregação e a estruturação do espaço intra-urbano; o caso do Recife*, 2001. In: www.flaviovillaca.arq.br

YANNOULAS, Silvia Cristina; ASSIS, Samuel G. ; MONTEIRO, Kaline F. *Educação e pobreza: limiares de um campo em (re)definição*. Revista Brasileira de Educação (Impresso), v. 17, p. 329-351, 2012.

YANNOULAS, Silvia Cristina. *Literatura Recente Sobre Uma Antiga Problemática*. IN: YANNOULAS, Silvia Cristina(Org.). *Política Educacional e Pobreza: Estudo em escolas públicas que atendem a população em situação de pobreza*. 1ed.Brasília: Liber Livro, 2013, v. 1.Cap. 1 p. 25-65.

APÊNDICE

Dados do Pedido

Protocolo	03950000616201524
Solicitante	Steli Larissa Lima Ferreira Rios
Data de abertura	31/03/2015 15:46
Órgão Superior Destinatário	MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Órgão Vinculado Destinatário	IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Prazo de atendimento	20/04/2015
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Informações enviadas por e-mail)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Condições Sócio Econômicas de Estudo DF e Entorno
Detalhamento	<p>Gostaria de Solicitar as Condições Sócio Econômicas de cada área do DF e Entorno dos anos de 2001 e 2010.</p> <p>São regiões do DF as 31 (trinta e uma) Regiões Administrativas: Brasília, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto Das Emas, Lago Sul, Riacho Fundo, Lago Norte, Candangolândia, Águas Claras, Riacho Fundo II, Sudoeste/Octogonal, Varjão, Parkway, Sobradinho II, Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, Jardim Botânico, Itapoã, SIA, Vicente Pires, Fercal. (Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento- SEPLAN)</p> <p>As cidades que englobam o Entorno segundo a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) são:</p> <p>Goiás: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa,</p> <p>Minas Gerais: Buritis, Cabeceira Grande e Unaí.</p> <p>Desde já agradeço.</p>

Dados da Resposta

Data de resposta	16/04/2015 14:32
Tipo de resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de resposta	Informações enviadas por e-mail

Resposta

Prezada Steli,

Dentre as pesquisas domiciliares, a única que produz resultados para o nível municipal é o Censo Demográfico, que é realizado de 10 em 10 anos.

Sendo assim, as últimas informações disponíveis são com base no Censo Demográfico de 2000 e 2010.

O tema solicitado é muito abrangente, portanto estamos encaminhando no arquivo em anexo, as informações disponibilizadas dos subdistritos de Brasília e dos municípios que compõem a RIDE do Distrito Federal.

Na relação do Censo 2010, não constam todos os subdistritos mencionados.

Ressaltamos ainda, que o município de Cabeceira Grande não faz parte da RIDE.

Cabe salientar que as informações dos subdistritos são oriundas do questionário do Universo dos Censos Demográficos e que o número de variáveis coletadas em 2000 é menor do que o número de variáveis coletadas em 2010.

Atenciosamente,
Equipe de Atendimento

Classificação do Pedido

Categoria do pedido	Pessoa, família e sociedade
Subcategoria do pedido	Pessoa
Número de perguntas	1

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
31/03/2015 15:46	Pedido Registrado para o Órgão IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	SOLICITANTE
16/04/2015 14:32	Pedido Respondido	MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Dados do Pedido

Protocolo	23480005334201512
Solicitante	Steli Larissa Lima Ferreira Rios
Data de abertura	31/03/2015 15:41
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Prazo de atendimento	20/04/2015
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Evasão Escolar no DF e Entorno.
Detalhamento	<p>Preciso dos seguintes dados referentes aos anos de 2001 e 2010:</p> <p>Quantas escolas Escolas tem no DF e Entorno, mas separando-as em localidades e em públicas e Particulares.</p> <p>Exemplo:2001- Samambaia tem "X" particulares e "X" públicas 2010- Samambaia "Y" Particulares e Y Públicas.</p> <p>Quantidade de estudantes total do DF e Entorno nestes anos, dividindo a quantidade de estudantes de escolas particulares e escolas públicas.</p> <p>Exemplo: 2000 estudante, sendo que 500 são de escolas particulares e 1500 de escolas públicas.</p> <p>Quantas crianças evadiram nestes anos principalmente na passagem do Ensino Fundamental 1 (etapa Inicial) para o Fundamental 2 (etapa Final) e do Fundamental 2 para o Ensino Médio. Separando-os também entre as escolas públicas e particulares e por localidades do DF e Entorno</p> <p>Quantos alunos estudam no DF e moram no Entorno.</p> <p>Sendo considerado DF 31 (trinta e uma) Regiões Administrativas: Brasília, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto Das Emas, Lago Sul, Riacho Fundo, Lago Norte, Candangolândia, Águas Claras, Riacho Fundo II, Sudoeste/Octogonal, Varjão, Parkway, Sobradinho II, Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, Jardim Botânico, Itapoã, SIA, Vicente Pires, Fercal. (Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento- SEPLAN)</p> <p>As cidades que englobam o Entorno segundo a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno</p>

(RIDE) são:

Goiás: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa,

Minas Gerais: Buritis, Cabeceira Grande e Unaí.

Desde já, muito obrigada.

Dados da Resposta

Data de resposta	02/04/2015 10:53
Tipo de resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC
Resposta	Prezado(a) Senhor(a),

Em atendimento ao pedido de informação registrado sob o protocolo nº 23480005334201512, segue resposta elaborada pela unidade responsável:

Os dados estatísticos do Distrito Federal, diferentemente das outras unidades da Federação, não são desagregados por municípios, no caso do DF, por cidades satélites ou regiões administrativas. No caso do DF, na base de dados do INEP aparece apenas um município denominado Brasília.

Assim, os dados do DF são agregados neste único município chamado Brasília. Não conseguimos atender a solicitação da forma em que está colocada. Recomendamos que verifique junto à CODEPLAN (órgão do Governo do Distrito Federal responsável por levantamentos estatísticos) a possibilidade de obtenção dos dados.

As taxas de rendimento do ensino fundamental também não são calculadas no INEP separando-se o ensino fundamental em anos iniciais e anos finais.

Dados gerais do DF podem ser obtidos nas tabelas das Sinopses Estatísticas da Educação Básica disponibilizadas no seguinte link:

<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>.

Caso queira solicitar mais informações, é necessário registrar uma nova demanda no e-SIC, para que corram os prazos de atendimento previstos pela Lei de Acesso à Informação.

Quando for negado o pedido de acesso à informação, o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, estabelece que se resguarda ao interessado a possibilidade de apresentação de recurso, no prazo de 10 (dez) dias. Nesse caso, o recurso será direcionado ao dirigente da Diretoria de Estatísticas Educacionais - DEED.

Atenciosamente,

Serviço de Informação ao Cidadão – SIC-Inep
Ouvidoria do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educacionais Anísio Teixeira
Edifício Villa Lobos – Sede do Inep, térreo
Setor de Indústrias Gráficas, quadra 04, lote 327
CEP: 70610-908 – Brasília/DF
e-SIC: <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/>

Classificação do Pedido

Categoria do pedido Educação
Subcategoria do pedido Educação básica
Número de perguntas 6

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
31/03/2015 15:41	Pedido Registrado para o Órgão INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	SOLICITANTE
02/04/2015 10:53	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação/INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira